

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Recuperação interrompida

ABR
2025



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Recuperação interrompida

**ABR
2025**



Copyright ©2025 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data
IMF Library

Edição portuguesa
Departamento de Serviços Institucionais e Instalações do FMI
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : recovery interrupted.

Other titles: Sub-Saharan Africa : recovery interrupted. | Recovery interrupted. | Regional economic outlook:
Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2025. | Apr. 2025. | Includes bibliographical references.

Identifiers:

9798229007764 (Portuguese paper)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R44 2025

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

bookstore.IMF.org

elibrary.IMF.org

Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Resumo	viii
Recuperação interrompida	1
Novos choques fazem descarrilar uma recuperação incipiente...	2
E a região enfrenta um aumento repentino da incerteza	5
Mais choques, equilíbrios mais difíceis	10
Formulação de políticas em tempos de incerteza: Prudência, coerência e credibilidade	11
Agora, mais do que nunca, a comunidade internacional tem de intensificar a sua contribuição	16
Referências	26
Apêndice estatístico	28

QUADROS

África Subsariana: grupos de países	vi
África Subsariana: países membros de grupos regionais	vi
África Subsariana: abreviaturas dos países	vii

FIGURAS

Figura 1. Inflação global, 2010-2025	2
Figura 2. Dívida pública, 2000-2028	2
Figura 3. Crescimento do PIB, 2024-2026	4
Figura 4. Variação do crescimento do PIB regional, 2024 a 2025	4
Figura 5. Exportações para os Estados Unidos, 2023	4
Figura 6. Preços das matérias-primas, 2025	4
Figura 7. PIB <i>per capita</i> , 2019-2025	5
Figura 8. Diferenciais das obrigações soberanas, 2019-2025	6
Figura 9. Saldo orçamental, 2019-2024	6
Figura 10. Sobreposição de desequilíbrios macroeconómicos, 2024	7
Figura 11. Cenário pessimista	7
Figura 12. Fluxos de financiamento externo do setor público, 2022-2025	9
Figura 13. Dez principais destinos dos refugiados e requerentes de asilo da República Democrática do Congo, 2024	9
Figura 14. “Trilema” dos decisores de políticas	10
Figura 15. Inflação vs. consolidação orçamental, por quadro de política monetária, 2024	13
Figura 16. Esperança de vida à nascença, 1950-2023	16
Figura 1.1 da caixa. APD à África Subsariana, 2013-2023	17
Figura 1.2 da caixa. África Subsariana, fluxos de APD, 2023	17

CAIXA

Caixa 1: Fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento para a África Subsariana	17
--	----

QUADROS ESTATÍSTICOS

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor	22
Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	23
Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	24
Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	25

Agradecimentos

A edição de abril de 2025 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Recuperação interrompida* foi elaborada por Adrian Alter, Cleary Haines, Khushboo Khandelwal, Maurizio Leonardi e Saad Quayyum, sob a orientação de Andrew Tiffin e Catherine Pattillo.

Duas notas elaboradas pelo FMI acompanham esta edição:

A nota intitulada “Levados ao extremo: Fragilidade e conflito na África Subsariana”, elaborada por Wenjie Chen, Michele Fornino, Vidhi Maheshwari, Hamza Mighri, Annalaura Sacco e Can Sever.

A nota intitulada “Inverter a tendência: Estabilização da dívida na África Subsariana”, elaborada por Athene Laws, Thibault Lemaire, Rachid Pafadnam, Nikola Spatafora e Khushboo Khandelwal.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Bryan Weaver.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

Grupos de países

África Subsariana: grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícias	Níger	Rep. Dem do Congo
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabué	Ruanda	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	São Tomé e Príncipe
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Ruanda	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. do Congo	Serra Leoa	Zimbabué
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Togo	Seicheles	Tanzânia	
		Uganda	Senegal	Togo	
			Zâmbia	Uganda	
				Zimbabué	

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2025*.

África Subsariana: países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ¹ (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Rep. Dem. do Congo	Angola	Botsuana	Cabo Verde
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Quénia	Botsuana	Essuatíni	Côte d'Ivoire
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Ruanda	Comores	Lesoto	Gâmbia
Mali	República	Etiópia	Somália	Essuatíni	Namíbia	Gana
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Guiné
Senegal	República do Congo	Maláui	*Tanzânia	Madagáscar		Guiné-Bissau
Togo		Maurícias	*Uganda	Maláui		Libéria
		Quénia		Maurícias		Nigéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Senegal
		Ruanda		Namíbia		Serra Leoa
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Togo
		Uganda		Seicheles		
		Zâmbia		Tanzânia		
		Zimbabué		Zâmbia		
				Zimbabué		

¹ O Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram a sua retirada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a 28 de janeiro de 2024.

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011-2012 ou janeiro-junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

África Subsariana: abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Resumo

Uma recuperação económica conseguida a custo foi abalada por acontecimentos recentes. A atividade económica excedeu as expectativas em 2024, com o crescimento regional a atingir 4%, em comparação com 3,6% em 2023. A execução de políticas mais eficazes permitiu reduzir os desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente através da desaceleração da inflação e da estabilização da dívida pública. É de notar que a inflação global mediana atingiu os 4,5% no início de 2025, enquanto o rácio dívida/PIB mediano se manteve estável abaixo dos 60%.

Porém, após quatro anos de crises, muitos países da África Subsariana ainda não estão fora de perigo e a região enfrenta um novo choque, sob a forma de uma transformação abrupta do panorama económico externo, num momento em que os governos de todo o mundo estão a reorientar as suas prioridades de política - incluindo, em particular, uma série de medidas tarifárias avultadas impostas pelos Estados Unidos, bem como contramedidas dos parceiros comerciais em resposta a essas tarifas.

Prevê-se agora que o crescimento da região abrande para 3,8% em 2025 e para 4,2% em 2026, uma revisão em baixa de 0,4 ponto percentual e de 0,2 ponto percentual, respetivamente. O abrandamento foi, em grande parte, causado por condições mundiais turbulentas, que se traduziram numa redução da procura externa, numa descida dos preços das matérias-primas e em condições financeiras mais restritivas, com revisões em baixa mais significativas para os exportadores de matérias-primas e os países com maiores relações comerciais com os Estados Unidos.

Para além das perspetivas mundiais moderadas, a incerteza em torno da economia mundial está excecionalmente elevada, e um aumento acrescido das tensões comerciais ou da restritividade das condições de financiamento mundiais nas economias avançadas poderia pesar sobre a confiança e a atividade na região, aumentando ao mesmo tempo os custos de financiamento. Além disso, os fluxos de entrada da ajuda pública ao desenvolvimento na África Subsariana irão provavelmente diminuir no futuro, colocando um peso acrescido sobre as populações mais vulneráveis da região.

Ademais, estes acontecimentos ocorrem num contexto de vulnerabilidades persistentes, particularmente nos países que enfrentam uma contração do financiamento e custos de financiamento mais elevados, o que, em muitos casos, limita a sua capacidade de financiar serviços e necessidades de desenvolvimento essenciais. Na mesma linha, embora as pressões inflacionistas estejam a abrandar a nível regional, vários países continuam a deparar-se com uma inflação elevada, o que requer uma orientação restritiva da política monetária, bem como um apoio contínuo por parte da política orçamental.

Estes momentos de incerteza requerem uma afinção constante das políticas, a fim de encontrar um equilíbrio entre promover o crescimento e o desenvolvimento social, por um lado, e garantir a estabilidade macroeconómica, por outro. Além disso, fazem com que seja ainda mais importante constituir reservas orçamentais e externas e assegurar a credibilidade e a coerência na formulação de políticas.

Neste contexto, os decisores de políticas terão de se apoiar cada vez mais em fontes de força e resiliência próprias, mobilizar receitas internas, melhorar a eficiência da despesa pública e reforçar a gestão das finanças públicas, bem como os quadros orçamentais, com vista a reduzir os custos de financiamento. Em termos prospetivos, caberá ao setor privado assumir grande parte dos esforços necessários para alcançar objetivos de desenvolvimento de longo prazo. A adoção de reformas estruturais que reforcem a governação, melhorem o ambiente de negócios e promovam a integração comercial regional, juntamente com um aumento do investimento em capital humano e em infraestruturas, pode criar condições mais propícias ao crescimento do setor privado. Quase um terço da população da África Subsariana continua a viver abaixo do limiar de pobreza, o que realça a necessidade de estratégias de crescimento de base abrangentes que deem prioridade à criação de emprego e apoiem as populações mais vulneráveis.

Uma África forte, estável e próspera é benéfica para o mundo. No entanto, essa prosperidade está longe de estar garantida e dependerá da continuação do apoio externo. Para a região no seu conjunto, o melhor apoio consiste, simplesmente, em assegurar um acesso previsível aos mercados para os bens e serviços transacionados. No entanto, os países mais pobres ou mais frágeis precisam também que essa ajuda seja complementada por apoios financeiros de parceiros bilaterais e multilaterais, que continuam a ser essenciais para assegurar que a região não é deixada para trás.

Recuperação interrompida

Uma recuperação arduamente alcançada na África Subariana foi abalada por acontecimentos recentes. A súbita alteração das perspectivas mundiais ensombrou as perspectivas de curto prazo para a região e tornou a formulação de políticas consideravelmente mais complexa. Após quatro anos de crise, as autoridades dos países da África Subariana enfrentavam o difícil desafio de garantir a estabilidade económica enquanto procuravam avançar com os objetivos de desenvolvimento de longo prazo, num ambiente de grandes expectativas sociais. Esta tarefa tornou-se ainda mais complexa devido a um novo choque, caracterizado por uma subida dos custos de financiamento a nível mundial, restrições adicionais ao financiamento externo, uma desaceleração da procura mundial, preços mais baixos para algumas matérias-primas e um aumento repentino da incerteza económica. A resiliência – ou seja, a capacidade de um país recuperar rapidamente de choques futuros – assume, atualmente, uma importância acrescida. Embora os progressos e a perseverança demonstrados pela região nos últimos anos sejam notáveis, serão necessários esforços continuados para apoiar a recuperação e melhorar a resiliência da região. Hoje, a prudência, a coerência e a credibilidade são mais importantes do que nunca.

Face à alteração das perspectivas económicas mundiais, a **prudência**, a **coerência** e a **credibilidade** são agora mais importantes do que nunca para a África Subariana.

Crescimento do PIB, 2025–2026
(atual vs. projeções de outubro de 2024)



Novos choques fazem descarrilar uma recuperação incipiente...

Uma recuperação há muito esperada...

A atividade económica na África Subsariana melhorou significativamente em 2024, excedendo as expectativas. O crescimento regional atingiu uma média de 4,0% em 2024, cerca de 0,4 pontos percentuais acima das estimativas de outubro, impulsionado principalmente pelo investimento público, pelas exportações de matérias-primas e pelos esforços de diversificação da economia em curso. Os indicadores de alta frequência revelaram uma recuperação geral da dinâmica de crescimento em toda a África Subsariana, tendo o crescimento médio acelerado para mais de 4% no quarto trimestre de 2024.¹ No entanto, o crescimento nos países ricos em recursos naturais – especialmente os exportadores de petróleo – tem sido ainda relativamente lento, mas, mesmo assim, os sinais são positivos: A Nigéria teve um crescimento de 3,4% em 2024 (uma revisão em alta de 0,6 pontos percentuais), sustentado pelo aumento da produção de hidrocarboneto e por um crescimento robusto do setor dos serviços.

... e desequilíbrios cada vez menores.

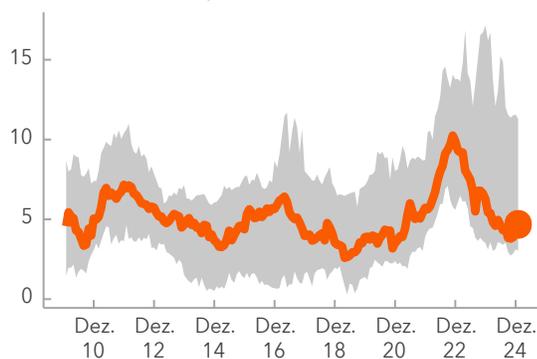
A nível regional, a inflação abrandou, a consolidação orçamental prosseguiu e a dívida pública estabilizou.

A política monetária mais restritiva contribuiu para a redução da inflação na África Subsariana, face ao valor máximo observado após a pandemia de COVID-19, no início de 2023 – devido à queda dos preços mundiais da energia e dos bens alimentares, que representam uma parte significativa do consumo da região). Em fevereiro de 2025, a inflação global mediana era de cerca de 4,5% em termos homólogos, comparada com 6,5% no final de 2023 e quase 10% no final de 2022 (Figura 1). Um elemento porventura mais importante para a população mais vulnerável da região é que a inflação mediana dos preços dos produtos alimentares baixou, de um valor máximo de 14%, em fevereiro de 2023, para menos de 6% em fevereiro de 2025.

Em resultado da redução dos défices primários, a dívida pública média estabilizou, começando agora a baixar, enquanto proporção do PIB. Em muitos países, os saldos orçamentais primários situam-se agora em níveis inferiores aos registados antes da pandemia, tendo o saldo mediano melhorado 0,5% do PIB em 2024, o que faz com que a consolidação cumulativa de 2022-2024 se situe em cerca de 2 pontos percentuais. Embora a dívida continue elevada e persistam vulnerabilidades, o rácio dívida/PIB mediano permaneceu abaixo de 60% em 2024 (Figura 2). Os esforços de consolidação orçamental prosseguirão provavelmente em 2025, dada a necessidade continuada de reconstituir reservas e reduzir a dívida.

Figura 1. Inflação global, 2010-2025

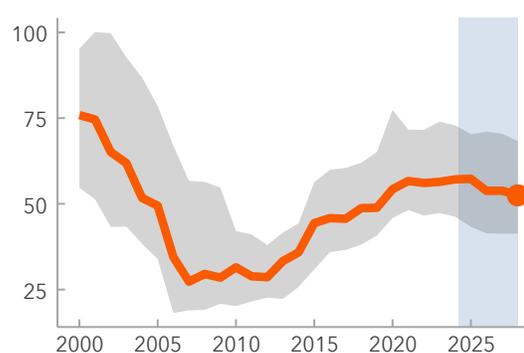
(em percentagem; em termos homólogos, mediana, zona sombreada = percentil 25-75)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Dívida pública, 2000-2028

(em percentagem do PIB, mediana, zona sombreada = percentil 25-75)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Para mais pormenores sobre o modelo de previsão económica imediata subjacente a esta estimativa, consultar Barhoumi et. al. (2022).

A estratégia utilizada para a composição da consolidação orçamental tem favorecido ligeiramente a definição de prioridades para a despesa pública. Entre 2022 e 2025, a consolidação orçamental para o país mediano assentava mais em medidas do lado da despesa (cerca de 60% da consolidação total) do que do lado da receita. Perspetiva-se que os países ricos em recursos naturais, em particular os exportadores de petróleo, continuem a apostar mais fortemente na redução das despesas e na gestão mais eficiente da despesa pública. No entanto, os esforços de consolidação têm sido mais equilibrados no resto da região. Relativamente à mobilização de recursos internos, apenas alguns países (Cabo Verde, Nigéria, Serra Leoa) aumentaram o seu rácio receitas/PIB em mais de dois pontos percentuais entre 2022 e 2025, e esses países estão concentrados em simplificar as isenções, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e alargar a base tributável.

Os desequilíbrios externos também têm melhorado. Impulsionados por uma subida dos preços das matérias-primas (como o ouro, o cacau e o café) e uma maior estabilidade cambial, os termos de troca da região registaram uma melhoria em 2024. Alguns produtores de matérias-primas, como a Côte d'Ivoire, a República do Congo e São Tomé e Príncipe, beneficiaram de aumentos significativos nos preços das exportações em comparação com os preços das importações. O comércio (tanto as exportações como as importações) no continente tem vindo a aumentar, ao passo que a entrada de remessas continua avultada. Estas evoluções positivas, aliadas à consolidação orçamental, ajudaram a moderar a pressão exercida pelas taxas de câmbio e a aumentar as reservas – a percentagem de países com reservas cambiais equivalentes a mais de três meses de importações aumentou ligeiramente em 2024 (para cerca de dois terços). Em certos casos, o afrouxamento das pressões cambiais foi apoiado pela resolução de incertezas políticas após eleições.

O acesso aos mercados financeiros por parte dos mutuários da África Subsariana melhorou globalmente em 2024. Oito países conseguiram entrar nos mercados obrigacionistas internacionais em 2024, e o Benim, a Côte d'Ivoire, o Gabão e o Quênia emitiram Eurobonds no início de 2025. Os diferenciais das obrigações soberanas na região diminuíram, impulsionados pela melhoria do sentimento dos investidores em relação a mercados emergentes e de fronteira, por avanços significativos na reestruturação de dívidas na África Subsariana (Gana, Zâmbia) e por reformas bem-sucedidas dos mercados (Nigéria). As variações das notações de crédito têm sido, por vezes, positivas e, por vezes, negativas. Por exemplo, Cabo Verde, a Côte d'Ivoire e o Gana tiveram uma melhor notação no ano passado, mas a notação do Gabão, de Moçambique e do Senegal baixou no mesmo período. No entanto, globalmente, as Eurobonds emitidas por países da África Subsariana ascenderam a mais de 13 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em 2024, excedendo a média da década passada de 9 mil milhões de dólares anuais. Juntamente com níveis historicamente elevados de financiamento do mercado de empréstimos sindicados, estes fluxos externos ajudaram a aliviar as limitações de liquidez imediatas das administrações públicas e reduziram os riscos associados à renovação da dívida de curto prazo.

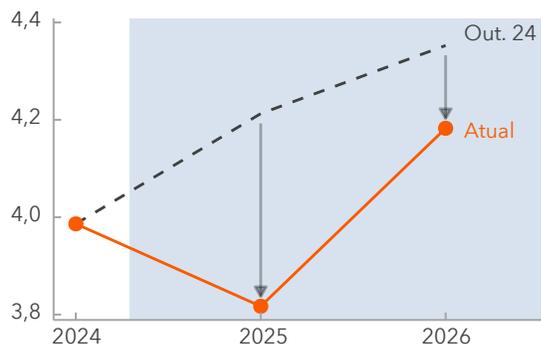
Uma transformação abrupta do panorama económico

Uma reorientação súbita das prioridades de política a nível mundial veio ensombrar as perspetivas económicas. As previsões de crescimento para 2025 na África Subsariana foram revistas em baixa em 0,4 pontos percentuais, fixando-se em 3,8%, em consonância com a revisão em baixa de 0,5 pontos percentuais das perspetivas mundiais, pelo que se prevê agora um abrandamento do crescimento na região ao longo deste ano (Figuras 3 e 4).² Esta mudança trouxe um elevado grau de incerteza, o que sugere que a recente crise de quatro anos, marcada por uma série de choques rápidos e sucessivos, poderá estar longe do fim. Algumas alterações já foram incorporadas nas projeções do corpo técnico do FMI, nomeadamente o anúncio, por parte dos Estados Unidos, da imposição de tarifas à China, ao Canadá e ao México, juntamente com um aumento das tarifas sobre o alumínio e o aço, bem como as medidas anunciadas pelos Estados Unidos a 2 de abril de 2025, que incluem uma tarifa mínima de base de 10% para todos os parceiros comerciais, além de um conjunto adicional de tarifas específicas por país que podem atingir os 50%.

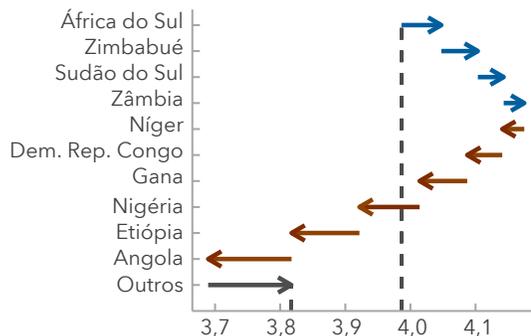
² Tendo em conta a volatilidade da conjuntura atual, é mais difícil do que o habitual definir uma perspetiva central de crescimento. Os valores apresentados neste relatório refletem, pelo contrário, um "ponto de referência" baseado nas políticas anunciadas até 4 de abril de 2025. Os desvios em relação a este ponto de referência são discutidos na análise de risco infra e na edição de abril de 2025 do *World Economic Outlook*.

Figura 3. Crescimento do PIB, 2024–2026

(atual vs. projeções de outubro de 2024)

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.**Figura 4. Variação do crescimento do PIB regional, 2024 a 2025**

(contribuição em percentagem. Entre 4,0 e 3,8)

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

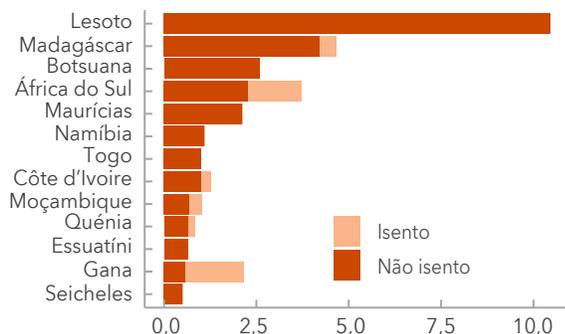
As projeções incluem igualmente as medidas de retaliação anunciadas pelo Canadá e pela China entre 3 e 4 de abril de 2025. A exposição direta dos exportadores da África Subsariana às tarifas impostas pelos Estados Unidos é limitada, uma vez que as exportações para este país representam, em geral, menos de 0,5% do PIB. Ainda assim, **a exposição é desproporcionadamente mais elevada para alguns dos países mais pequenos e vulneráveis da região, como o Lesoto e Madagáscar** (Figura 5). Indiretamente, o abrandamento da procura mundial e a queda dos preços das matérias-primas são suscetíveis de ter implicações significativas para os exportadores destes produtos (Figura 6), tendo já contribuído para a revisão em baixa do crescimento em alguns casos (por exemplo, a República do Congo e o Níger).

No dia 9 de abril, as autoridades dos Estados Unidos anunciaram a suspensão por 90 dias da maioria das tarifas bilaterais introduzidas a 2 de abril. No entanto, como ainda não está definido o que acontecerá posteriormente com esta medida, **a suspensão ainda não foi considerada nas projeções**. Ainda assim, as simulações realizadas pelo corpo técnico do FMI indicam que o impacto líquido da suspensão no crescimento mundial seria reduzido, mesmo que esta se tornasse permanente (*World Economic Outlook*, edição de abril de 2025). O impacto nos preços das matérias-primas e nas perspetivas globais da região seria igualmente limitado.

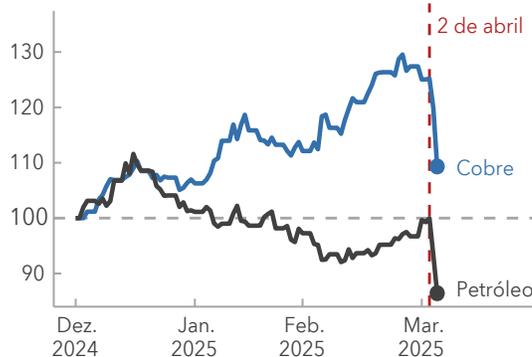
Espera-se agora que o ritmo da desinflação e da redução da restritividade da política monetária nos principais mercados avançados seja mais lento. Nos Estados Unidos, prevê-se que a taxa de juro diretora de equilíbrio de longo prazo seja apenas alcançada em 2029, quase três anos mais tarde do que o inicialmente previsto nas projeções de outubro. Além disso, a trajetória futura da taxa de rendibilidade das obrigações a 10 anos foi revista em alta, o que significa que **os elevados custos de financiamento enfrentados pelos mutuários da**

Figura 5. Exportações para os Estados Unidos, 2023

(em percentagem do PIB, países cujas exportações para os Estados Unidos representam mais de 0,5% do PIB)

Fontes: COMTRADE; whitehouse.gov; FMI, base de dados do *World Economic Outlook* e cálculos do corpo técnico do FMI.**Figura 6. Preços das matérias-primas, 2025**

(Índice, 31 de dezembro de 2024 = 100, dados de 4 de abril de 2025)



Fontes: Bloomberg L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

África Subsariana perdurarão provavelmente durante mais tempo. As taxas de juro mais elevadas nos mercados avançados desencorajarão os fluxos de capitais rumo à África Subsariana, pesando sobre as taxas de juro e as reservas da região, agravando as pressões inflacionistas e, globalmente, representando um entrave adicional à recuperação económica da região.

E a região enfrenta um aumento repentino da incerteza

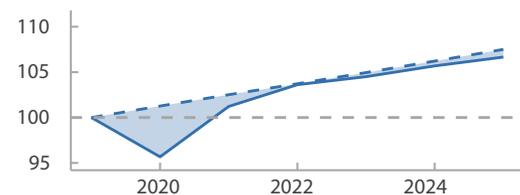
A resiliência constitui uma preocupação...

Perante mais uma perturbação, importa salientar que a **África Subsariana ainda não recuperou plenamente da sucessão de choques registados nos últimos quatro anos.** Ao contrário de muitas economias avançadas, que conseguiram **recuperar rapidamente** do encerramento da economia mundial provocado pela COVID-19, os efeitos da crise continuam bem presentes na África Subsariana e deverão prolongar-se por mais tempo (Figura 7). Esse facto torna mais problemática a convergência da região com os níveis de vida das economias de mercados emergentes e avançados e dificulta os progressos relativos a importantes objetivos de desenvolvimento. Em termos per capita, espera-se que o rendimento real na região aumente apenas 2% entre 2024 e 2026, em comparação com mais de 3% noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (excluindo a China), ao passo que o rendimento em certos países (Angola, Burundi, Guiné Equatorial) estaria globalmente estagnado ou até em queda. Do mesmo modo, a **pobreza continua a ser generalizada na África Subsariana**, com quase um terço da população a viver com menos de 2,15 dólares por dia, e mais de 140 milhões de pessoas – cerca de 12% da população – em situação de insegurança alimentar grave. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura *et. al.* (2023) estimam que o número de pessoas subnutridas aumentou desde a pandemia, agravando uma tendência anterior à pandemia, que se verifica desde 2014, de deterioração da segurança alimentar em grande parte da região.

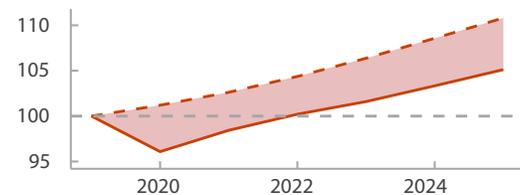
Figura 7. PIB per capita, 2019-2025

(Índice, 2019 = 100)

Economias avançadas



África Subsariana



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

... e muitos países continuam vulneráveis.

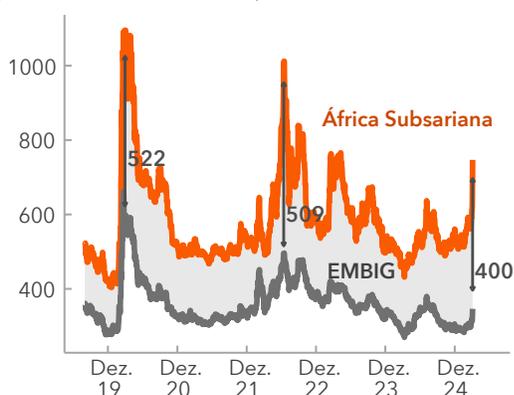
Embora o acesso ao mercado financeiro tenha melhorado em 2024, a dívida permanece elevada para muitos países da região, os custos de financiamento aumentaram e as condições financeiras mundiais estão a tornar-se mais restritivas. Os custos de financiamento externo para os países com acesso aos mercados financeiros aumentaram cerca de três pontos percentuais nos últimos três anos, em consonância com as taxas de rendibilidade de referência mundial.³ Em muitos casos, a subida dos custos de financiamento externo levou à contração de empréstimos internos, inclusive através de instrumentos de financiamento monetário direto ou indireto (por exemplo, no Burundi e na Serra Leoa). Em geral, os esforços envidados para obter financiamento nos mercados internos contribuíram para taxas de juro internas mais elevadas, incentivaram o recurso a prazos de vencimento mais curtos e aumentaram a exposição dos balanços dos bancos ao risco soberano. Quando combinados com a transição para empréstimos não concessionais e baseados no mercado, bem como o recente recurso a alternativas

³ Durante o mesmo período, a taxa de rendibilidade das obrigações dos Estados Unidos a 10 anos aumentou quase 300 pontos base, de 1,45% no final de 2021 para 4,4% no final de 2024. Estudos empíricos indicam que o "prémio de risco africano" – isto é, os custos acrescidos de financiamento que os países africanos poderão enfrentar em comparação com países de outra região – é relativamente modesto em conjunturas normais (cerca de 50 pontos base), mas estima-se que duplique durante crises. Para mais pormenores, consultar Alter *et. al.* (a publicar brevemente).

mais dispendiosas, como os empréstimos sindicados, os custos acrescidos dos empréstimos vieram agravar os encargos orçamentais da região. O rácio juros/receitas mediano aumentou para mais de 12% em 2024 e prevê-se que se mantenha elevado. Mais recentemente, a turbulência nos mercados financeiros mundiais não só aumentou a taxa de rendibilidade de referência nos Estados Unidos, como também provocou um aumento notável dos diferenciais das obrigações soberanas nos mercados emergentes e nos mercados de fronteira (Figura 8). E, neste contexto, as obrigações de serviço da dívida da região, sobretudo decorrentes da dívida pública, deverão continuar a ser substanciais a médio prazo, prejudicando assim os esforços de consolidação da região. Embora o défice primário público mediano tenha diminuído fortemente desde a pandemia, a despesa não primária com juros aumentou nessa mesma altura, deixando o saldo orçamental global praticamente inalterado (Figura 9). Isto sugere que, face à **subida dos custos de financiamento, muitos países poderão precisar de acelerar a sua atividade só para conseguir manter o ritmo.**

Figura 8. Diferenciais das obrigações soberanas, 2019-2025

(pontos-base, média simples, dados de 4 de abril de 2025)

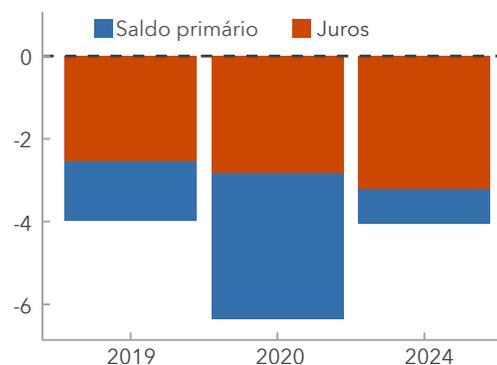


Fontes: Bloomberg L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: saldo primário, excluindo/incluindo donativos. A média inclui a África do Sul, Angola, Côte d'Ivoire, Gabão, Moçambique, Namíbia, Nigéria e Quênia.

Figura 9. Saldo orçamental, 2019-2024

(em percentagem do PIB, média ponderada)



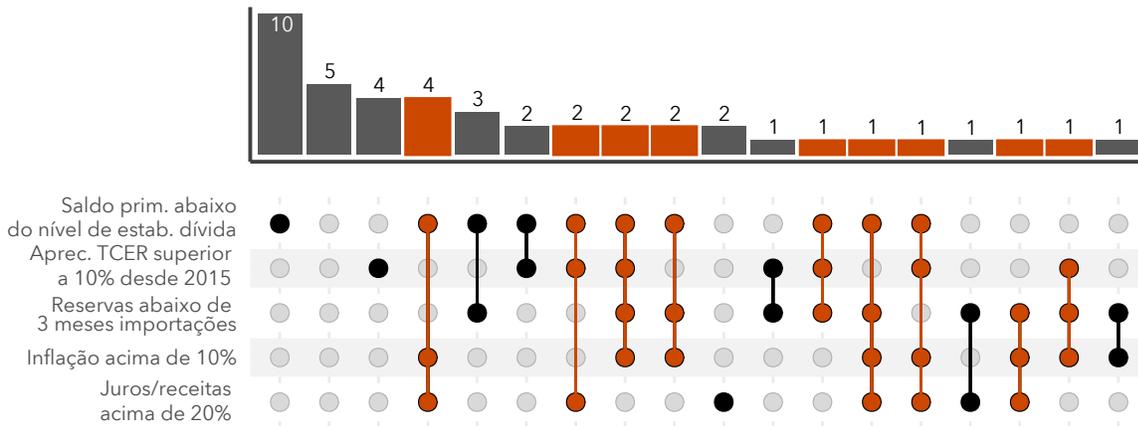
Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Os **desequilíbrios melhoraram a nível regional no ano transato, mas as circunstâncias variam muito de país para país.** No que toca à inflação, por exemplo, um terço dos países ainda apresenta uma inflação superior à meta. Quanto à política orçamental, dois terços dos países continuam a ter défices primários acima dos níveis compatíveis com a estabilização da dívida.

Além disso, **muitos países são confrontados com um desafio complexo, marcado por desequilíbrios em vários domínios.** Por exemplo, mais de metade dos países da África Subsariana apresenta mais de um dos seguintes desequilíbrios macroeconómicos: 1) um saldo primário abaixo dos níveis compatíveis com a estabilização da dívida; 2) reservas inferiores a três meses de importações; 3) uma taxa de câmbio efetiva real sobrevalorizada; 4) inflação de dois dígitos; ou 5) um rácio juros/receitas de mais de 20% (Figura 10). Estes cinco indicadores realçam a grande heterogeneidade da região e abarcam múltiplas combinações de desequilíbrios internos e externos. Por exemplo, doze países continuavam a registar uma inflação de dois dígitos em finais de 2024. Desses, sete apresentavam rácios juros/receitas superiores a 20%, o que gera potenciais tensões entre políticas orçamental e monetária – uma vez que os esforços destinados a controlar a inflação agravam frequentemente ainda mais os encargos com juros. É importante assinalar que cerca de um terço dos países da região apresenta simultaneamente três ou mais desequilíbrios, o que **sugere um maior nível de vulnerabilidade a uma maior panóplia de choques potenciais e, conseqüentemente, aponta para uma necessidade mais urgente de uma consolidação orçamental concentrada na fase inicial do processo.**

Figura 10. Sobreposição de desequilíbrios macroeconômicos, 2024

(número de países em interseção)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e FMI, base de dados *International Financial Statistics*.

Nota: o gráfico UpSet mostra todas as diferentes combinações dos cinco desequilíbrios principais, juntamente com o número de países associados a cada combinação. Por exemplo, 10 países têm um saldo primário que fica abaixo do nível compatível com a estabilização, mas não apresentam outros desequilíbrios. As combinações assinaladas a laranja representam agrupamentos em que os países apresentam três ou mais desequilíbrios em simultâneo. TCER = taxa de câmbio efetiva real.

Uma conjuntura mundial muito menos positiva...

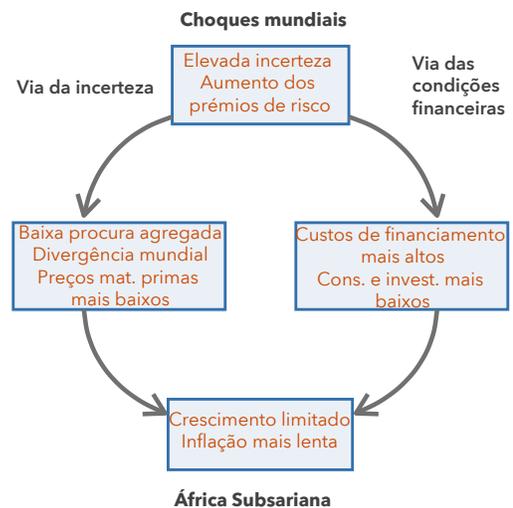
O **recrudescimento da incerteza mundial** conduziu a um aumento da volatilidade dos ativos de risco. Consequentemente, os participantes no mercado estão a reavaliar as suas estratégias em relação aos mercados emergentes e em desenvolvimento. Continua a existir a preocupação de que um choque inesperado possa desencadear uma **fuga repentina para ativos seguros** e um agravamento das condições financeiras mundiais, com consequências importantes para a África Subsariana.

As **tensões comerciais agravaram-se rapidamente ao longo dos últimos meses** e um novo aumento das medidas protecionistas poderá provocar distorções significativas na localização da produção e na fixação de preços. No entanto, o impacto das tarifas é complexo, especialmente para os países da África Subsariana, onde a exposição direta é limitada e onde, em certos casos, é possível registar-se pequenos ganhos líquidos (a curto prazo) decorrentes do desvio do comércio (*World Economic Outlook*, edição de abril de 2025). No entanto, para além da imposição de novas tarifas, a **incerteza quanto às futuras políticas comerciais pode também gerar efeitos adversos**, desencorajando o investimento e pesando sobre a procura do consumidor.

Foi utilizado o modelo AFRMOD do FMI – um módulo do sistema flexível de modelos mundiais (Andrle et. al. 2015) – para quantificar o impacto sofrido pela região num cenário pessimista que se foca sobretudo no aumento da incerteza (Figura 11). Nesse cenário, a **incerteza quanto à política comercial agrava-se, as divergências entre as maiores economias (China, área do Euro, Estados Unidos) aumentam e as condições financeiras mundiais tornam-se mais restritivas**. Do ponto de vista das tarifas e da incerteza, o investimento real regista uma queda nas economias avançadas, o que leva a uma redução da procura agregada e dos preços das matérias-primas, afetando negativamente a procura de exportações da África Subsariana e os seus

Figura 11. Cenário pessimista

(ilustração das vias de transmissão)



termos de troca.⁴ Uma segunda camada analisa condições financeiras mais restritivas, nomeadamente um aumento dos prémios de risco soberano e empresarial.⁵ As condições financeiras mais restritivas persistem durante dois anos. O agravamento das pressões sobre o financiamento representa um risco especialmente importante para a África Subsariana, uma vez que a maior escassez de liquidez e o aumento dos custos de financiamento podem ameaçar a solvabilidade destes países, caso persistam.

Em relação às atuais projeções que servem de ponto de referência para a região, as simulações obtidas através do modelo indicam um impacto substancial na estabilidade macroeconómica, com efeitos mais alargados nos países ricos em recursos naturais. Ao longo de 2025-2026, a atividade económica na África Subsariana abrandaria cerca de 2%, devido à procura externa mais fraca, à incerteza quanto aos investimentos e às condições de financiamento mais restritivas. Esses efeitos negativos seriam maiores e mais persistentes para os países exportadores de petróleo, onde a atividade económica poderia ser até 3 pontos percentuais mais fraca a médio prazo. No entanto, em conjunto, o abrandamento do crescimento e a descida dos preços das matérias-primas reduziriam as pressões inflacionistas – o que compensaria o impacto de uma nova depreciação nos preços –, levando a uma redução da inflação global de cerca de 2 pontos percentuais até 2026.

Para além das simulações, uma simples extrapolação dos atuais fluxos de financiamento para o setor público aponta para riscos significativos. As estimativas sugerem que os fluxos de entrada de financiamento externo aumentaram em 2024, impulsionados por um novo acesso aos mercados de capitais mundiais e por um aumento superior à média de empréstimos contraídos junto de credores do setor privado. No entanto, estes fatores foram contrabalançados pelo aumento acentuado das obrigações de serviço da dívida externa (capital e juros), o que deixou os fluxos líquidos praticamente inalterados, em cerca de 2% do PIB da região (excluindo a África do Sul).

No entanto, cerca de metade dos fluxos de entrada, em 2024, proveio de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), sendo quase um quarto proveniente dos Estados Unidos e igual proporção proveniente da União Europeia (Caixa 1). Porém, atualmente, o futuro destes fluxos de APD para 2025 e para os anos seguintes não é claro. Os Estados Unidos estão a reavaliar todo o seu programa de ajuda externa, enquanto outros grandes doadores (como a Alemanha, os Países Baixos, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça) já indicaram uma possível redução das dotações para a APD no futuro, por forma a criar margem orçamental para dar resposta a outras prioridades internas, nomeadamente a despesa com a defesa. O impacto de uma suspensão da APD dos Estados Unidos será diferente de país para país. Os desembolsos dos Estados Unidos para a região no seu conjunto são relativamente baixos, representando cerca de 0,5% do PIB, mas os desembolsos visam normalmente necessidades essenciais, como a saúde, a prevenção de doenças e a ajuda humanitária, e podem ser significativos para certos países (o Lesoto, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, o Sudão do Sul). Entre os 20 países da África Subsariana mais expostos, uma suspensão da ajuda americana poderia aumentar as necessidades de financiamento do país mediano em mais de 1,2% do PIB, tanto para o orçamento como para a balança de pagamentos, sendo que essa percentagem varia em função do montante dessa ajuda essencial que as autoridades são capazes de assegurar.

Um cenário de manutenção do *statu quo*, em que não há grandes variações das tendências da APD, resultaria, ainda assim, numa redução ligeira, de 0,6% do PIB regional, dos fluxos externos líquidos em 2025 (Figura 12). No cenário mais pessimista, uma redução da APD por parte dos principais doadores, aliada a condições de

⁴ O choque de incerteza política corresponde a um aumento de três desvios-padrão na medida de política económica mundial em Davis (2016), aproximadamente 50% superior ao pico observado em 2018-2019.

⁵ Esta camada contempla um aumento de 50 pontos base nos prémios soberanos para todos os mercados emergentes (excluindo a China) e de mais 100 pontos base para os países da África Subsariana. Quanto aos prémios de risco empresarial, a camada inclui um aumento de 25 pontos base para as economias avançadas e a China, e de 100 pontos base para todos os outros países. Além disso, esta camada inclui uma descida dos preços dos ativos a nível mundial, o que tem um impacto negativo adicional no consumo/investimento privado.

financiamento mais restritivas, resultaria numa queda de 1 a 1,5% do PIB, fazendo com que os fluxos restantes sejam apenas suficientes para cumprir as obrigações de serviço da dívida da região.⁶

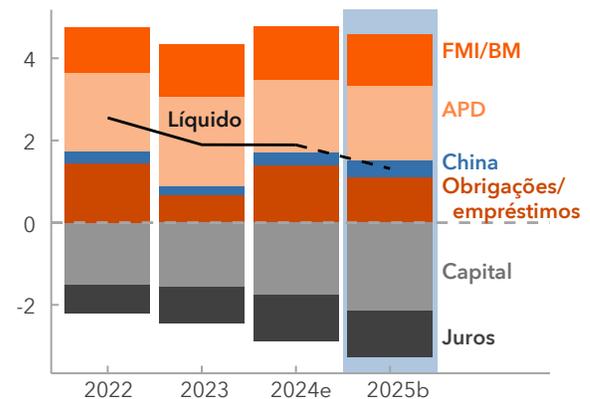
... E fatores adversos persistentes a nível regional

Além de perspectivas mundiais menos favoráveis, a África Subariana enfrenta fatores adversos adicionais, decorrentes de conflitos regionais, fragilidades e fragmentação geopolítica acrescida. Por exemplo, o conflito no Sudão já gerou repercussões nos países vizinhos, agravando problemas de segurança e perturbando a atividade económica. Desde o início do conflito, em abril de 2023, os fluxos de refugiados em direção aos países vizinhos da África Subariana totalizaram mais de 1,3 milhões de pessoas, colocando sob pressão os recursos sociais e financeiros de países como o Chade, a República Centro-Africana e o Sudão do Sul (FMI 2023a). Também o conflito na região oriental da República Democrática do Congo ameaça ter um impacto nos países vizinhos e mais além (Figura 13). Estas preocupações são particularmente pertinentes em Estados frágeis e afetados por conflitos, onde instituições fracas, falhas de governação e instabilidade económica mantêm milhões de pessoas na pobreza (consultar a nota intitulada "[Levados ao extremo: Fragilidade e conflito na África Subariana](#)" da edição de abril de 2025 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subariana*). Além disso, a deterioração da segurança intensifica a pressão para reforçar a **despesa com equipamento militar, que tem vindo a crescer gradualmente na região** e que, em alguns países (Burkina Faso, Burundi, Togo) representa uma proporção considerável da despesa pública, desviando recursos para longe de outras necessidades de desenvolvimento essenciais.

Com a **intensificação dos choques climáticos**, as catástrofes naturais e as alterações climáticas em curso estão a pôr à prova o grau de preparação da região e a ameaçar cada vez mais a produção e produtividade agrícolas. De entre as potenciais consequências desta situação, destacam-se os aumentos repentinos dos preços dos produtos alimentares e da fome, bem como a destruição de infraestruturas e a migração de populações.

Figura 12. Fluxos de financiamento externo do setor público, 2022-2025

(em percentagem do PIB)

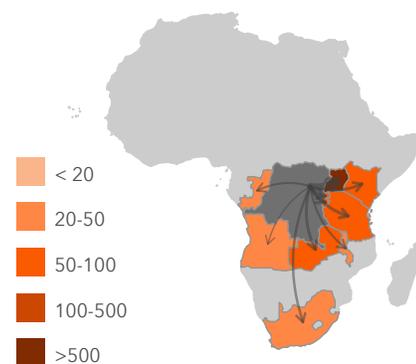


Fontes: Bloomberg, L.P.; Dealogic; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e Banco Mundial, base de dados *International Debt Statistics*.

Nota: os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) não incluem desembolsos do FMI e do Banco Mundial (BM). "Obrigações" refere-se a Eurobonds, e "empréstimos" abrange empréstimos bancários sindicados e bilaterais. O capital e os juros correspondem aos pagamentos da dívida pública e da dívida com garantia pública. Os dados relativos a 2024e são estimativas. 2025b pressupõe um cenário sem alterações nos fluxos de entrada. A África do Sul, o Sudão do Sul e o Zimbabué foram excluídos destes cálculos devido à falta de dados pormenorizados.

Figura 13. Dez principais destinos dos refugiados e requerentes de asilo da República Democrática do Congo, 2024

(em milhares de pessoas, dados de outubro de 2024)



Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Nota: o número de pessoas deslocadas internamente na República Democrática do Congo é de 7 milhões.

⁶ Este cenário pressupõe que, quer sejam incluídos no orçamento ou não, os fluxos de APD visam sobretudo necessidades de despesa essenciais (saúde, educação, ajuda humanitária), pelo que terão de ser substituídos pelas autoridades. No entanto, na prática, as limitações de capacidade ou de ordem logística existentes em muitos países poderão impedir as autoridades de repor rapidamente os serviços interrompidos pela saída de um doador, independente do financiamento.

Os choques económicos podem afetar os balanços do setor privado, mas o setor empresarial na África Subsariana é geralmente robusto. No caso das empresas cotadas em bolsa, a sua rentabilidade mediana melhorou, superando os níveis anteriores à pandemia, e o efeito de alavancagem das empresas estabilizou.⁷ Mas o aumento das taxas de juro e o conseqüente reaparecimento de empresas “zombie” – caracterizadas por fraca capacidade de serviço da dívida, fraco crescimento das receitas e elevados níveis de dívida – poderá prejudicar a estabilidade financeira e económica.

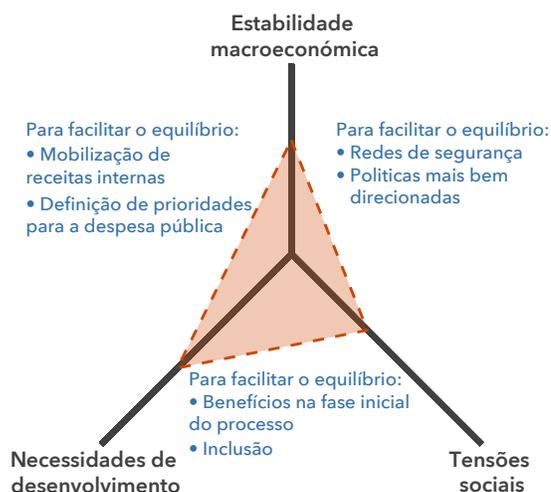
O sistema bancário também parece globalmente estável e bem capitalizado, embora alguns países deem mostras de alguma vulnerabilidade. Os países de rendimento médio têm setores financeiros fortes, com práticas bancárias sólidas. No entanto, os países de baixo rendimento e frágeis enfrentam vulnerabilidades financeiras, nomeadamente decorrentes de elevados níveis de crédito não produtivo e o recurso crescente à dívida pública interna, o que aumentou a exposição dos bancos ao risco soberano nesses países e, potencialmente, levou à exclusão de empréstimos ao setor privado.

Mais choques, equilíbrios mais difíceis

A África Subsariana fez progressos significativos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, mas as autoridades devem agora ter em conta uma conjuntura mundial em rápida mutação e marcada por grande incerteza. Os decisores de políticas têm enfrentado a difícil tarefa de assegurar uma macroeconomia estável e, ao mesmo tempo, atingir os objetivos de desenvolvimento de longo prazo, tudo isto num contexto de expectativas sociais elevadas. Esta situação representa um “trilema”, no sentido em que os esforços destinados a promover um destes objetivos tendem, normalmente, a prejudicar os outros dois. Por exemplo, uma política monetária mais restritiva pode ser essencial para reduzir a inflação, mas é muitas vezes impopular na sociedade e pode desencorajar o investimento em infraestruturas (Figura 14). Esta tarefa requer políticas hábeis e escolhas difíceis, o que é ainda mais problemático no contexto atual de aumento dos custos de financiamento e de restrições no acesso a financiamento externo. Nos últimos tempos, a maioria dos países tem, acertadamente, dado prioridade ao restabelecimento da estabilidade macroeconómica, ao mesmo tempo que procura opções que possam facilitar o equilíbrio com outros objetivos (a definição de prioridades para a despesa pública, por exemplo, pode permitir reduzir défices e minimizar o impacto sobre necessidades de desenvolvimento essenciais).

Para além deste desafio permanente, a resiliência – ou seja, a capacidade de um país recuperar rapidamente em caso de choque – passou agora a ser ainda mais valorizada. Além da constituição de reservas para a execução de políticas e de um ambiente macroeconómico estável, será necessário desenvolver mais planos de contingência e garantir uma comunicação clara e credível. No entanto, de forma mais global, a capacidade de recuperação de um país dependerá da força e flexibilidade do seu setor privado. Assim, em última análise, a resiliência da região exigirá reformas estruturais que promovam o crescimento, apoiem a diversificação e gerem emprego.

Figura 14. “Trilema” dos decisores de políticas



⁷ Esta análise é realizada anualmente utilizando uma amostra de cerca de 350 empresas cotadas, proveniente da Capital IQ. A amostra de empresas abrange 11 países: África do Sul, Botsuana, Côte d'Ivoire, Gana, Maláui, Namíbia, Nigéria, Quénia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. As tendências são consonantes com as assinaladas em empresas cotadas em bolsa no Médio Oriente e Norte de África (consultar Alter et. al. 2024).

Formulação de políticas em tempos de incerteza: Prudência, coerência e credibilidade

Política orçamental: Manter a rota

A política orçamental é essencial para assegurar uma macroeconomia estável e um crescimento resiliente, uma vez que políticas bem concebidas podem ajudar a **gerir a incerteza e a dar resposta às necessidades prementes de desenvolvimento, num contexto marcado por uma crescente vulnerabilidade da dívida e opções de financiamento limitadas**. Os países que dispõem de margem orçamental, ou que beneficiaram de uma evolução favorável dos termos de troca, deparam-se com uma decisão fundamental: constituir reservas ou estimular o crescimento a mais longo prazo. Num mundo mais propenso a choques, este equilíbrio pende atualmente, de forma mais **cautelosa**, para a constituição de margem suficiente para lidar com um futuro incerto – alargando as opções de que as autoridades dispõem para responder a choques novos (e aparentemente cada vez maiores), reforçando, desta forma, a confiança dos investidores e mantendo os diferenciais da dívida soberana em níveis baixos. No entanto, para a maioria dos países da África Subsariana, a escolha é talvez mais simples: um nível de dívida elevado com margem orçamental limitada sugere a necessidade de prosseguir a consolidação orçamental.

Neste contexto, há que dar prioridade às seguintes considerações:

Aumentar as receitas. O recurso ao financiamento por dívida mais onerosa durante as últimas décadas levou a um forte aumento do serviço da dívida enquanto percentagem da receita pública. Situada nuns notórios 12%, a percentagem da receita gasta pelo país mediano só em juros continua abaixo dos níveis anteriores à iniciativa para a redução da dívida dos países pobres muito endividados,⁸ mas é elevada em comparação com apenas 4% nas economias avançadas. Uma vez que a dívida se está a revelar uma opção cada vez mais dispendiosa, e dado que as perspetivas da ajuda pública ao desenvolvimento são incertas, os países precisarão de financiar serviços públicos essenciais através do aumento das receitas internas, que constituem uma fonte de financiamento mais estável e sustentável. Para os países exportadores de petróleo, o financiamento terá de provir cada vez mais de fontes não petrolíferas. Os esforços destinados a alargar a base tributável, a aumentar as taxas de imposto (quando aplicável), a reduzir as isenções arbitrárias e a simplificar o código fiscal constituem medidas positivas (Benitez et. al. 2023) e têm dado bons resultados numa série de países recentemente (Benim, Côte d'Ivoire e Libéria). Além disso, um código fiscal previsível e progressivo, aliado a um maior foco no rendimento das empresas e na recolha de impostos prediais, pode ajudar a assegurar uma partilha justa da carga fiscal. Por fim, o reforço da capacidade de cobrança de impostos, da integridade e da prestação de contas, inclusive através da digitalização, pode gerar uma receita significativa (Nigéria, Senegal).

Melhorar a eficiência da despesa. A redução das despesas inúteis também pode melhorar a sustentabilidade orçamental. Um exemplo importante é a eliminação de subsídios ineficazes aos combustíveis, que tendem a beneficiar os ricos, já que esta medida pode gerar margem orçamental suficiente para uma melhor orientação das despesas em prol do desenvolvimento. Reformas deste género foram implementadas na Nigéria e estão em curso em Angola, na República Centro-Africana e na República do Congo. Além disso, há dados que sugerem que cerca de 30 a 40% dos recursos afetados a infraestruturas públicas nos países em desenvolvimento perdem-se devido a ineficiências (Shwartz et. al. 2020). Essas perdas podem ser reduzidas através de **uma melhor governação e gestão das finanças públicas**, nomeadamente melhorando o quadro de planeamento e execução de projetos de infraestruturas, combatendo a corrupção e assegurando maior transparência (Angola, Senegal). De forma semelhante, identificar e eliminar “trabalhadores fantasma” pode ajudar a limitar os custos salariais (Chade, Moçambique). A digitalização, como por exemplo os pagamentos orçamentais automatizados ou a adoção de

⁸ Lançada em 1996 pelo FMI e pelo Banco Mundial, trata-se de uma iniciativa destinada a aliviar a dívida de países com níveis de endividamento insustentáveis.

uma plataforma online para a adjudicação de contratos públicos, pode reforçar a transparência orçamental e melhorar a eficácia das despesas (Amaglobeli *et. al.* 2023). A Guiné-Bissau, por exemplo, empregou tecnologia de blockchain para melhorar a transparência e gerir melhor os seus custos salariais.

Reformar as empresas públicas. As empresas públicas mal geridas podem ter um impacto desproporcionado nos riscos orçamentais e na sustentabilidade de um país, devido a subsídios contínuos ao funcionamento, avultadas injeções de capital e resgates repentinos e inesperados (Khasiani *et. al.* 2023). Por exemplo, as empresas públicas ineficientes têm sido uma fonte constante de desperdício das finanças públicas na África do Sul, ascendendo a 5% do PIB anualmente, desde 2008 (FMI 2025). Uma melhor monitorização financeira e uma **melhor gestão, supervisão e transparência** são essenciais. Além disso, a participação do setor privado em setores essenciais (África do Sul) ou a privatização de empresas públicas (Etiópia) pode, em certas circunstâncias, libertar margem orçamental e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência.

Calibrar o ritmo da consolidação. Regra geral, a consolidação precisa de ser mais intensa na fase inicial do processo, em que os ajustamentos a fazer são elevados, uma vez que essa concentração inicial permite reduzir as probabilidades de uma crise, reforçar a **credibilidade** dos planos de ajustamento e ajudar a baixar os custos de financiamento e as pressões cambiais. Mas a concentração na fase inicial do processo de consolidação pode também agravar as tensões sociais, e o equilíbrio entre as reações do mercado financeiro e o impacto social será diferente de país para país. Em alguns casos, o equilíbrio terá também de ter em conta uma maior necessidade de serviços críticos e de despesas humanitárias à luz da redução da ajuda externa.

Conquistar o apoio do público. A consolidação orçamental é muitas vezes impopular e pode ser particularmente onerosa para as camadas mais vulneráveis da população. Para ajudar a promover a aceitação de um esforço de consolidação (e, por conseguinte, garantir a sua sustentabilidade), é imperativo colocar a tónica na execução de transferências direcionadas e na criação de redes de segurança social, de modo a mitigar o impacto nos pobres. Da mesma forma, um **diálogo atempado com as partes interessadas** pode ajudar a obter apoio para reformas fulcrais (Senegal). Além disso, uma maior transparência na conceção e implementação de reformas, juntamente com salvaguardas contra a corrupção e a favor da inclusão social, pode reforçar a confiança e o apoio do público.

Os países devem reforçar a sua resiliência a choques. Para além da constituição de reservas, a elaboração de planos de contingência, a título preventivo, nos domínios do comércio, da despesa ou de choques no financiamento pode possibilitar uma resposta mais ágil. O desenvolvimento dos mercados de dívida locais, inclusive através do alargamento da base de investidores ou da implementação de reformas destinadas a atrair parceiros do setor privado (Etiópia), pode diversificar as fontes de financiamento. Ademais, as **autoridades devem assegurar que não representam, elas próprias, uma fonte perturbadora de incerteza**. No mínimo, isto exige um nível acrescido de **precaução**, sobretudo no que diz respeito à prevenção de erros de política suscetíveis de fragilizar os fundamentos económicos – erros que, em períodos de incerteza, tendem a ter um impacto desproporcionado na confiança e nos custos de financiamento. Numa perspetiva mais positiva, os quadros orçamentais de médio prazo podem ajudar a apoiar o planeamento orçamental, assegurar a **coerência** com outros elementos da combinação de políticas, reforçar a **credibilidade**, ancorar as expectativas e reduzir a volatilidade dos fluxos de financiamento. Para países ricos em recursos naturais, os quadros orçamentais que acumulam reservas, a fim de proporcionar um nível realista de segurança contra choques, podem ser uma estratégia eficaz (Eyraud, Gbohoui e Medas 2023). É importante assinalar que os países devem **evitar acumular pagamentos em atraso** (Camarões, Comores, Maláui, República do Congo, Zimbabué), já que estes podem não só aumentar o custo da prestação de serviços públicos e reduzir a credibilidade da política orçamental, como podem também funcionar como um imposto imprevisível sobre os fornecedores afetados, acrescentando incerteza e entretendo o desenvolvimento do setor privado.

Embora o risco de sobre-endividamento seja elevado para muitos países, os níveis da dívida continuam exequíveis para a maioria (consultar a nota intitulada [“Inverter a tendência: Estabilização da dívida na África Subsariana”](#) da edição de abril de 2025 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*). Os países

em elevado risco de sobre-endividamento devem, em geral, evitar contrair empréstimos em condições não concessionais. As operações de gestão da dívida que evitam taxas de juro elevadas ou prazos de vencimento curtos podem ajudar a criar margem orçamental. Uma maior transparência da dívida e quadros orçamentais *credíveis* podem ajudar a reduzir os custos de financiamento e a aumentar a capacidade de endividamento (End e Hong 2022). No entanto, para os poucos países cuja dívida é insustentável, é aconselhável proceder a uma rápida reestruturação da dívida, uma vez que uma ação atempada gera melhores resultados macroeconómicos (Pazarbasioglu 2024).

Políticas monetária e financeira: Travar a inflação e manter a estabilidade

Vários países estão ainda a combater uma inflação elevada.

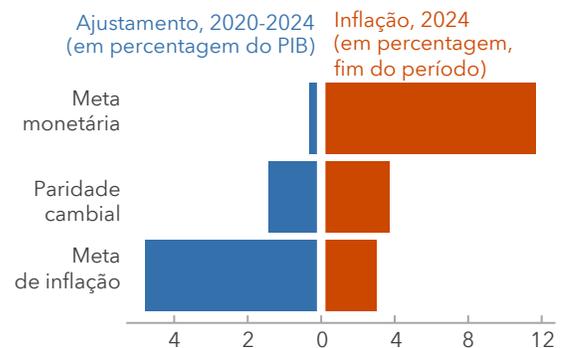
A inflação tem estado particularmente enraizada em países onde as autoridades visam agregados monetários (*de facto*), incluindo Angola, o Burundi e a Nigéria. Nesses países, normalmente, o contributo da consolidação orçamental para os esforços das autoridades monetárias tem sido menor (Figura 15). Embora a maioria destas autoridades tenha aumentado as taxas de juro em 2024, estas continuam, muitas vezes, negativas em termos reais. Em certos casos, os governos recorreram a empréstimos do banco central (Angola, Burundi, Maláui). As baixas taxas de juro e o financiamento monetário podem aliviar as restrições de financiamento no curto prazo, mas são, em termos gerais, incompatíveis com o objetivo de manter a inflação baixa, uma vez que podem agravar a persistência da inflação e intensificar as pressões cambiais (Hooley *et. al.* 2021). Isto pode, por sua vez, ter um impacto mais profundo e duradouro na população – a recente crise do custo de vida é um exemplo de como a *inflação é sentida com mais gravidade pelas camadas mais vulneráveis da sociedade*.

Nos casos em que *as pressões inflacionistas continuam elevadas, os bancos centrais devem continuar a manter uma política monetária restritiva*, especialmente tendo em conta as alterações na conjuntura mundial. Dada a expectativa de que a Reserva Federal manterá as taxas elevadas durante mais tempo, uma orientação restritiva poderá ajudar a evitar pressões cambiais e a manter as expectativas de inflação ancoradas. Em muitos casos, especialmente se os desequilíbrios orçamentais forem elevados, a política monetária necessitará de apoio adequado por parte de uma política orçamental *coerente*, a fim de manter a inflação sob controlo.

Caso *as pressões inflacionistas sejam baixas e a inflação esteja dentro da meta, os bancos centrais devem ponderar* reduzir a restritividade da política monetária, por forma a apoiar o crescimento. No entanto, dadas as perspetivas mais incertas da região, as autoridades precisarão de manter a *cautela nos próximos tempos* e devem estar preparadas para mudar de rota caso ocorram choques inesperados. Embora a descida dos preços do petróleo possa ajudar a aliviar a pressão sobre os preços em muitos países importadores de petróleo da região, a depreciação da taxa de câmbio (resultante de exportações mais fracas, menores entradas de capital ou alterações na confiança) pode aumentar os preços. Os bancos centrais terão, por conseguinte, de se manter atentos a pressões cambiais que possam desancorar as expectativas de inflação.

Figura 15. Inflação vs. consolidação orçamental, por quadro de política monetária, 2024

(país mediano, o ajustamento refere-se à variação do saldo primário)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: os regimes monetários baseiam-se na classificação *de facto* do Relatório Anual sobre Regimes e Restrições Cambiais de 2022 do FMI.

Em momentos de maior imprevisibilidade, um **quadro coerente e credível de política monetária**, que dê ênfase a uma comunicação clara e à transparência, pode assegurar que o próprio banco central não constitua uma fonte acrescida de incerteza e que seja capaz de ancorar melhor as expectativas e conter a inflação. De forma semelhante, as reformas estruturais destinadas a aprofundar os mercados financeiros nacionais e promover a competitividade do setor bancário podem reforçar a eficiência da transmissão da política monetária.

A **existência de reservas internacionais adequadas é especialmente importante na conjuntura atual**. Uma posição de reserva sólida pode ajudar uma economia a recuperar mais rapidamente de um choque inesperado, reforçando a confiança em geral. Além disso, as reservas podem ser utilizadas para limitar o impacto da volatilidade das taxas de câmbio a curto prazo, o que pode ser fulcral em países com mercados financeiros pouco profundos e expectativas de inflação menos bem ancoradas (FMI 2023b). No entanto, se os choques externos forem persistentes e de grande dimensão, os países sem regime de paridade fixa devem, em vez disso, deixar que a taxa de câmbio se ajuste. Além disso, se os países tiverem reservas baixas ou modestas, o que é o caso da maioria dos países da região sem regime de paridade fixa, poderão não ter alternativa senão deixar que a taxa de câmbio se ajuste, porque as reservas podem frequentemente esgotar-se rapidamente. Os países devem, regra geral, **evitar medidas administrativas distorcivas no mercado cambial**, incluindo medidas que gerem diferenças nos mercados paralelos (FMI 2023c). Em vez disso, é preferível eliminar as pressões cambiais através de políticas monetárias e orçamentais mais restritivas e **coerentes**. Embora não tenham sido muito utilizados até ao momento, os swaps de divisas com bancos centrais estrangeiros, como na Nigéria e na África do Sul, podem ajudar a mitigar casos temporários de escassez de divisas. O reforço de **acordos de pagamento regionais**, que permitam, inclusive, a liquidação em moeda local, pode aliviar a procura de divisas – o Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação, por exemplo, desempenha um papel importante na implementação do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana, e promete reduzir substancialmente os riscos associados ao recurso a moedas de terceiros, tornando, ao mesmo tempo, os pagamentos dentro da região mais fáceis, mais rápidos e menos dispendiosos.

A **estabilidade financeira é um elemento essencial de uma economia resiliente**. Os indicadores sugerem que os bancos da região continuam, em geral, bem capitalizados, com um bom nível de liquidez e lucrativos. No entanto, a subida dos custos de financiamento levou ao reaparecimento de algumas empresas “zombie”, que deverão ser vigiadas com atenção. **Qualquer atraso na resolução destes casos poderá provocar choques mais intensos e onerosos no futuro**. De forma semelhante, à medida que as autoridades recorrem mais aos mercados internos para as suas necessidades de financiamento, devem ter em atenção os potenciais riscos decorrentes de uma exposição dos bancos ao risco soberano.

Os bancos centrais devem também acompanhar de perto os riscos decorrentes dos criptoativos. Uma inflação e volatilidade cambial elevadas, juntamente com o aumento dos preços dos criptoativos, geraram fortes incentivos em toda a região para o investimento em criptoativos. Embora estes proporcionem alguns benefícios, nomeadamente o apoio a inovações financeiras como os contratos inteligentes, a fracionalização, a tokenização e as finanças descentralizadas, estão também associados a riscos, como a redução da eficácia dos fluxos de capital locais e da regulamentação que rege o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, a facilitação da elisão fiscal, o agravamento da volatilidade financeira e o enfraquecimento da transmissão monetária. É necessária uma regulamentação exaustiva, bem como um reforço da capacidade dos bancos centrais para supervisionar a atividade relacionada com os criptoativos e assegurar o cumprimento das regras.

Reformas estruturais: Estabelecer as bases para um crescimento transformador

Com recursos naturais invejáveis e uma representação cada vez maior da força de trabalho mundial, a **África Subsariana tem o potencial de se tornar um dos mercados mais dinâmicos e importantes do mundo**. Mas, já tendo decorrido um quarto do século XXI, a região continua longe de concretizar esse potencial. A África Subsariana continua altamente vulnerável a choques externos, especialmente os que afetam os preços das matérias-primas

e os fluxos de financiamento. O rendimento per capita estagnou em muitos países, o desemprego continua elevado (especialmente entre os jovens) e é urgentemente necessário proceder a mais despesas em prol do desenvolvimento. No entanto, num contexto de restrições orçamentais, terá de ser o setor privado a dar o principal contributo – não só para a criação de empregos de elevada qualidade, como também para dar resposta rápida aos choques inesperados e para explorar novas oportunidades à medida que surgem. Em última análise, **uma região mais próspera e resiliente necessitará de maiores investimentos do setor privado**, o que, por sua vez, exigirá a prossecução de reformas.

Um crescimento diversificado e impulsionado pelo mercado exige uma melhoria da governação, um melhor ambiente empresarial, mais capital humano e infraestruturas reforçadas. A má governação, que abre a porta à corrupção e à utilização arbitrária de regras opacas, ou que não garante a segurança ou o cumprimento adequado dos direitos de propriedade, pode **agravar a incerteza e desencorajar a atividade do setor privado**. Os desafios à governação são especialmente graves em países ricos em recursos naturais, onde o desenvolvimento do setor privado estagnou em grande medida ([FMI 2024a](#)). Além disso, com a expansão mundial das atividades económicas baseadas no conhecimento, a África Subsariana arrisca-se a ser deixada para trás se não investir suficientemente no capital humano, sobretudo tendo em conta o elevado número de jovens que entrarão no mercado de trabalho nas próximas décadas. O reforço das infraestruturas de transportes, de geração de energia e de telecomunicações (incluindo o acesso à Internet) pode aumentar a competitividade e facilitar o crescimento impulsionado pelo mercado. O apoio à digitalização pode impulsionar ganhos de produtividade, especialmente entre os jovens com competências digitais, e apoiar o desenvolvimento de serviços modernos. Além disso, a digitalização, aliada ao ensino básico, abre caminho para que se possa aproveitar as oportunidades proporcionadas pela inteligência artificial, a fim de resolver os problemas singulares da região. Atualmente, a África Subsariana apresenta um fraco desempenho no que toca ao seu grau de preparação para a inteligência artificial (Melina 2024).

Procurar novas oportunidades e promover a resiliência a choques externos. A atual transformação das cadeias de valor mundiais será provavelmente disruptiva, mas pode também proporcionar novas oportunidades de comércio e investimento, especialmente no setor dos minerais críticos. Os países devem procurar desenvolver a capacidade interna nos setores da mineração e tratamento de minerais críticos, encorajar o investimento direto estrangeiro e assegurar que as empresas estrangeiras estão bem integradas nas cadeias de valor locais ([FMI 2024b](#)). A procura proativa de acordos comerciais e de investimento, com reformas em paralelo para desbloquear o verdadeiro potencial do mercado interno, pode ser particularmente benéfica nesta conjuntura. Uma **melhor integração do comércio**, através do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana, pode criar um mercado mais amplo no continente e integrar as cadeias de abastecimento regionais, promovendo o investimento não só a nível local, mas também do estrangeiro e, ao mesmo tempo, reduzindo a exposição da região a incertezas quanto à política comercial noutras regiões (ElGanainy *et. al.* 2023). A implementação do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana está em curso, mas precisa de ser reforçada. Quase dois terços dos países aderiram à Iniciativa de Comércio Orientado e dez países, incluindo a África do Sul e a Nigéria, efetuam ativamente trocas comerciais ao abrigo desta iniciativa.

Para assegurar que o crescimento gera empregos de qualidade, é necessário reduzir os entraves à expansão do setor formal e melhorar a produtividade no setor informal. A expansão e o aprofundamento do setor financeiro podem alargar o acesso a serviços financeiros e permitir o crescimento das pequenas e médias empresas. Uma regulamentação simplificada, menores entraves à entrada no mercado financeiro e melhores infraestruturas podem também apoiar a **expansão do setor formal**. A implementação de políticas de juventude direcionadas, em especial as que conciliam a educação e o desenvolvimento de competências com as necessidades do mercado de trabalho, pode facilitar de forma mais eficiente e produtiva a correspondência entre os jovens candidatos a emprego e as vagas disponíveis ([FMI 2024c](#)).

Agora, mais do que nunca, a comunidade internacional tem de intensificar a sua contribuição

Uma África forte, estável e próspera é benéfica para o mundo. E, ao longo de quatro anos de crise, a perseverança da região tem sido notável. No entanto, as reservas foram significativamente reduzidas, tornando cada vez mais difícil enfrentar choques futuros sem sofrer consequências duradouras – isto é especialmente válido para os Estados frágeis e afetados por conflitos, onde o impacto dos choques económicos é frequentemente maior e mais prolongado. Neste contexto, a prosperidade geral da África Subsariana está longe de estar garantida e dependerá em parte da continuação do apoio externo.

Em todos os países da região, o crescimento e a resiliência podem ser apoiados através de um ambiente comercial estável que garanta um acesso previsível ao mercado para as exportações da região, bem como fontes fiáveis para as importações essenciais, incluindo a energia e os bens alimentares de primeira necessidade.

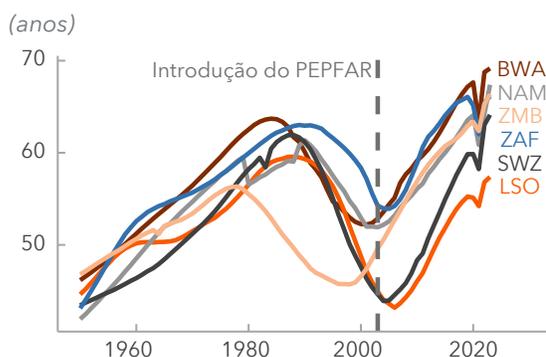
No entanto, em muitos dos países mais pobres da África Subsariana, o crescimento necessitará também de apoio financeiro por parte dos seus parceiros bilaterais e multilaterais, de modo a fazer face ao impacto de um ambiente mundial mais turbulento e a colmatar as lacunas existentes até que as reformas estruturais e orçamentais comecem a produzir os seus dividendos potenciais. No caso dos países frágeis ou com elevados riscos orçamentais, o apoio tem de ser concedido sob a forma de empréstimos em condições concessionais e de donativos.

Para além do financiamento geral, é também necessário prestar assistência às populações mais vulneráveis da região. Por exemplo, a região acolhe seis milhões de refugiados, que requerem um apoio contínuo por parte dos parceiros internacionais. De forma semelhante, o plano de emergência do Presidente dos Estados Unidos para a assistência no domínio da SIDA melhorou consideravelmente a esperança de vida no sul da África (Figura 16). É essencial continuar a apostar nesse género de intervenções que salvam vidas, de modo a aumentar a produtividade e o bem-estar na África Subsariana, bem como a assegurar a saúde e a segurança da comunidade internacional em geral.

O FMI está preparado para prestar apoio através de novo financiamento, das atividades de desenvolvimento das capacidades e da prestação de aconselhamento sobre políticas. Os últimos quatro anos de choques sucessivos chamaram a atenção para o papel do FMI enquanto componente essencial da rede de segurança da região, especialmente para os países com reservas limitadas. Mais recentemente, o FMI tomou medidas para reforçar esse papel, reformando o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, reduzindo taxas e sobretaxas e reavaliando os limites de acesso da Conta de Recursos Gerais.

Desde 2020, o FMI proporcionou financiamento à região no valor de mais de 65 mil milhões de dólares, muito do qual em condições altamente concessionais. Dos 45 países, 24 têm acordos de financiamento em vigor com o FMI, tendo sido desembolsados mais de 800 milhões de dólares até à data este ano, e mais de 8 mil milhões de dólares em 2024. Desde dezembro de 2022, foram aprovados acordos para 12 países ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade, que concede financiamento de longo prazo a custos acessíveis aos países membros, com o objetivo de apoiar a redução dos riscos para a estabilidade futura da balança de pagamentos decorrentes de desafios estruturais, incluindo a falta de resiliência a choques provocados pelas alterações climáticas e a pandemias. O FMI também presta apoio a um vasto leque de atividades de desenvolvimento

Figura 16. Esperança de vida à nascença, 1950-2023



Fonte: OurWorldinDATA.org/life-expectancy; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: PEPFAR = plano de emergência do Presidente dos Estados Unidos para a assistência no domínio da SIDA; BWA = Botsuana; LSO = Lesoto; NAM = Namíbia; SWZ = Essuatíni; ZAF = África do Sul; ZMB = Zâmbia.

de capacidades em toda a região, nomeadamente nos domínios da gestão das finanças públicas, mobilização de receitas internas, operações monetárias, quadros orçamentais de médio prazo, governação e políticas de promoção da inclusão. Estas iniciativas podem ajudar a África Subsaariana a recuperar de choques futuros e, desta forma, a melhorar a resiliência e, em última análise, a prosperidade da região.

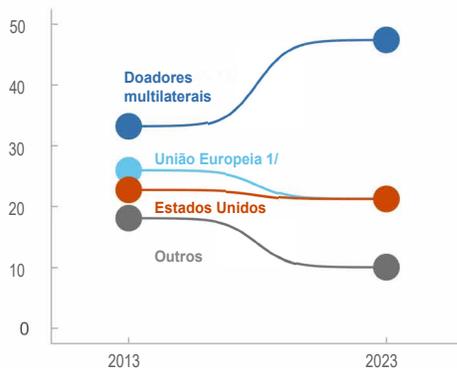
Caixa 1: Fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento para a África Subsaariana

Os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) a nível mundial aumentaram ao longo da última década, mas os fluxos destinados à África Subsaariana mantiveram-se nos mesmos níveis. A APD enviada a todos os países beneficiários totalizou 246 mil milhões de dólares em 2023, o que representa um aumento de 64% ao longo de um período de 10 anos. No entanto, grande parte desse aumento reflete o recente aumento avultado de transferências para a Ucrânia. Para a África Subsaariana, os fluxos atingiram 51 mil milhões de dólares em 2023, o que representa um declínio gradual ao longo das últimas duas décadas, tanto enquanto proporção do PIB regional como enquanto proporção do total de fluxos de APD. **As organizações multilaterais são uma via cada vez mais importante para a África Subsaariana.** Em termos reais, os fluxos de doadores bilaterais para a África Subsaariana permaneceram estáveis, ao passo que as transferências de doadores multilaterais aumentaram substancialmente, atingindo os 26 mil milhões de dólares em 2023. As organizações multilaterais, juntamente com a União Europeia e os Estados Unidos, são responsáveis por 90% dos fluxos de APD para a região. Só o Grupo Banco Mundial proporcionou mais de metade dos fluxos multilaterais da região em 2023.

É provável que uma perturbação do financiamento da APD tenha um impacto profundo em setores essenciais, especialmente em Estados frágeis e afetados por conflitos. A APD concentra-se sobretudo na educação, na saúde e em necessidades sociais básicas. Esses setores, juntamente com a ajuda humanitária e a assistência alimentar, são os beneficiários de mais de 60% do financiamento total. Nesse contexto, vários países recorrem à ajuda externa para complementar os seus orçamentos para a saúde e a educação. Em termos nominais, a Etiópia, a Nigéria e a República Democrática do Congo representam mais de um terço do total das transferências para os setores da saúde e da educação da região, ao passo que o Sudão do Sul, por si só, recebeu mais de 10% da ajuda humanitária.

Figura 1.1 da caixa. APD à África Subsaariana, 2013-2023

(quota por doador, em percentagem)



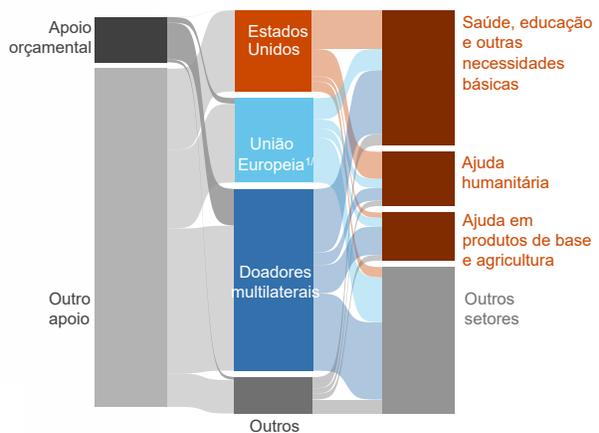
Fonte: OCDE e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: APD = ajuda pública ao desenvolvimento.

1/ A União Europeia inclui doadores bilaterais da UE e instituições da UE.

Figura 1.2 da caixa. África Subsaariana, fluxos de APD, 2023

(distribuição por doador e setor)



Esta caixa foi elaborada por Maurizio Leonardi.

Referências

- Alter, Adrian, Khushboo Khandelwal, Thibault Lemaire, Hamza Mighri, Can Sever, and Luc Tucker. Forthcoming. Alter, Adrian, Khushboo Khandelwal, Thibault Lemaire, Hamza Mighri, Can Sever, and Luc Tucker. Forthcoming. “Navigating the Evolving Landscape of External Financing in Sub-Saharan Africa.” IMF Working Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Alter, Adrian, Bashar Hlayhel, Thomas Kroen, and Thomas Piontek. 2024. Financial Stability in a Higher-for-Longer Interest Rate Environment The Case of the Middle East and North Africa. IMF Working Paper 24/080, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Andrle, Michal; Patrick Blagrove; Pedro Espailat; Keiko Honjo; Benjamin Hunt; Mika Kortelainen; René Lalonde; Douglas Laxton; Eleonora Mavroeidi; Dirk Muir; Susanna Mursula; Stephen Snudden 2015. “The Flexible System of Global models-FSGM.” IMF Working Paper 2015/64, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Amaglobeli, David, Ruud A. de Mooij, Andualem Mengistu, Mariano Moszoro, Manabu Nose, Soheib Nunhuck, Sailendra Pattanayak. 2023. “Transforming Public Finance Through GovTech.” IMF Staff Discussion Note, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Barhoumi, Karim, Seung Mo Choi, Tara Iyer, Jiakun Li, Franck Ouattara, Andrew Tiffin, and Jiaxiong Yao. 2022. “Overcoming Data Sparsity: A Machine Learning Approach to Track the Real-time Impact of COVID-19 in Sub-Saharan Africa.” IMF Working Paper 22/88, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Benitez, Juan Carlos, Mario Mansour, Miguel Pecho and Charles Vellutini. 2023. “Building Tax Capacity in Developing Countries.” IMF Staff Discussion Note No. 2023/06, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Brunnermeier, Markus K. 2021. “The Resilient Society.” Endeavor Literary Press.
- Chen, Wenjie, Michele Fornino, Vidhi Maheshwari, Hamza Mighri, Annalaura Sacco, and Can Sever. 2025. “Pushed to the Brink: Fragility and Conflict in Sub-Saharan Africa.” IMF Note 2025/002, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Davis, Steven J. 2016. “An Index of Global Economic Policy Uncertainty.” NBER Working Paper 22740, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- ElGanainy, Asmaa, Ali Abbas, Céline Allard, Hippolyte Balima, Shushanik Hakobyan, Fei Liu, Hans Weisfeld. 2023. “Trade Integration in Africa: Unleashing the Continent’s Potential in a Changing World.” IMF Departmental Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- End, Nicolas, and Gee Hee Hong. 2022. “Trust What You Hear: Policy Communication, Expectations, and Fiscal Credibility.” IMF Working Paper No. 22/36, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Eyraud, Luc, William Gbohoui, and Paulo A. Medas. 2023. “A New Fiscal Framework for Resource-Rich Countries.” IMF Working Paper 2023/230, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Hooley, John, Lam Nguyen, Mika Saito, and Shirin Nikaein Towfighian. 2021. “Fiscal Dominance in Sub-Saharan Africa Revisited.” IMF Working Paper No. 2021/17, International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Monetary Fund (IMF). 2023a. Africa: Special Issue, “In Pursuit of Stronger Growth and Resilience” International Monetary Fund, Washington, DC., October. <https://doi.org/10.5089/9798400254772.086>
- International Monetary Fund (IMF). 2023b. “Integrated Policy Framework—Principles for the Use of Foreign Exchange Intervention.” International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Monetary Fund (IMF). 2023c. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Notes: “Managing Exchange Rate Pressures in Sub-Saharan Africa—Adapting to New Realities.”* Washington DC., April.
- International Monetary Fund (IMF). 2024a. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Notes: “One Region, Two Paths Divergence in Sub-Saharan Africa.”* Washington DC., October.
- International Monetary Fund (IMF). 2024b. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Notes: “Digging for Opportunity: Harnessing Sub-Saharan Africa’s Wealth in Critical Minerals.”* Washington DC., April.

- International Monetary Fund (IMF). 2024c. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Notes: "The Clock is Ticking: Meeting Sub-Saharan Africa's Urgent Job Creation Challenge."* Washington DC., October.
- International Monetary Fund (IMF). 2025. "South Africa: 2024 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for South Africa", IMF Staff Country Reports 2025/028. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Khasiani, Kubai, Taz Chaponda, Dzingai Chapfuwa and Wayne Bartlett. 2023. "Managing SOE Risks in Sub-Saharan Africa." [IMF PMF Blog](#), April 17.
- Melina, Giovanni. 2024. "Mapping the World's Readiness for Artificial Intelligence Shows Prospects Diverge." [IMF Blog](#), June 25.
- Laws, Athene, Thibault Lemaire, Rachid Pafadnam, Nikola Spatafora, and Khushboo Khandelwal. 2025. "Breaking the Trend: Debt Stabilization in Sub-Saharan Africa." IMF Note 2025/001, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Pazarbasioglu, Ceyla. 2024. "Sovereign Debt Restructuring Process is Improving Amid Cooperation and Reform." [IMF Blog](#), June 26.
- Schwartz, Gerd, Manal Fouad, Torben Hansen, and Genevieve Verdier. 2020. "Well Spent: How Strong Infrastructure Governance Can End Waste in Public Investment." International Monetary Fund, Washington, DC.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 15 de abril de 2025 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2025 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1145 dólares no período 2020–2023 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1145 dólares no período 2020–2023 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2025.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Burundi e o Ruanda, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

- Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).
- No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.

- Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1-AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2025.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2025.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2025-2026 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.³ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2025.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020-2026 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

⁴ As reservas oficiais incluem ativos externos detidos pelo Fundo Petrolífero e de Estabilização do Gana e excluem ativos onerados.

⁵ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2025-2026 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁶ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real (variação percentual anual)								Preços no consumidor, média anual (variação percentual anual)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	1,6	-6,2	5,0	1,9	0,7	0,6	1,0	1,3	5,3	3,3	4,6	6,9	5,9	4,4	3,8	4,5
Angola	2,2	-4,0	2,1	4,2	1,0	4,5	2,4	2,1	16,3	22,3	25,8	21,4	13,6	28,2	22,0	16,4
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	6,4	6,5	6,5	6,2	1,2	3,0	1,7	1,4	2,7	1,2	2,2	2,0
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,5	3,2	-3,0	-0,4	2,3	4,6	1,9	6,7	12,2	5,1	2,8	4,5	4,5
Burkina Faso	5,8	2,0	6,9	1,5	3,0	4,4	4,3	4,5	1,0	1,9	3,9	13,8	0,9	4,2	3,0	2,5
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	2,7	3,5	1,9	2,6	7,0	7,5	8,4	18,9	27,1	20,2	39,1	31,3
Cabo Verde	3,0	-20,8	7,0	17,4	4,0	6,0	5,0	4,9	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	1,0	1,5	2,0
Camarões	4,4	0,5	3,0	3,7	3,2	3,6	3,6	4,0	1,9	2,5	2,3	6,3	7,4	4,5	3,4	3,0
Chade	3,0	-0,4	0,3	4,1	4,0	1,5	1,7	3,2	1,1	4,5	-0,8	5,8	4,1	5,7	3,9	3,5
Comores	3,1	-0,2	2,0	2,6	3,0	3,3	3,8	4,3	1,8	0,8	-0,0	12,4	8,5	5,0	2,2	2,2
Côte d'Ivoire	6,6	0,7	7,1	6,4	6,5	6,0	6,3	6,4	1,5	2,4	4,2	5,2	4,4	3,5	3,0	2,2
Eritreia ¹	4,6	2,6
Essuatíni	2,5	-1,6	10,7	0,5	5,0	3,7	5,1	4,9	5,9	3,9	3,7	4,8	4,9	4,0	5,2	4,8
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	7,2	8,1	6,6	7,1	14,4	20,4	26,8	33,9	30,2	21,7	21,5	12,2
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,4	3,1	2,8	2,6	2,3	1,7	1,1	4,3	3,6	1,2	1,5	2,0
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	5,5	4,8	5,8	5,9	5,0	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	11,6	9,3	6,7
Gana	6,5	0,5	5,1	3,8	3,1	5,7	4,0	4,8	11,8	9,9	10,0	31,9	39,2	22,9	17,2	9,4
Guiné	6,2	4,7	5,6	4,0	6,2	6,1	7,1	10,6	11,4	10,6	12,6	10,5	7,8	8,1	3,5	3,0
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,2	4,6	5,2	4,7	5,1	5,0	1,3	1,5	3,3	7,9	7,2	3,7	2,0	2,0
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	0,9	3,2	-5,1	1,9	-4,2	0,0	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,5	3,2	4,0	3,5
Lesoto	1,3	-5,3	1,9	2,0	2,0	2,6	1,5	1,4	5,1	5,0	6,0	8,3	6,3	6,1	4,3	5,1
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	4,8	5,3	5,5	12,5	17,0	7,8	7,6	10,1	8,2	8,2	7,4
Madagáscar	3,2	-7,1	4,7	4,2	4,2	4,2	3,9	4,2	7,0	4,2	5,8	8,2	9,9	7,6	8,4	7,2
Maláui	4,1	1,0	4,6	0,9	1,9	1,8	3,5	4,3	17,2	8,6	9,3	20,8	28,8	32,2	24,2	11,5
Mali	4,3	-1,2	3,1	3,5	4,7	4,4	4,9	5,1	1,1	0,5	3,8	9,7	2,1	3,2	3,0	2,0
Maurícia	3,7	-14,5	3,4	8,7	5,0	4,7	3,0	3,0	3,0	2,5	4,0	10,8	7,0	3,6	3,6	3,6
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,4	5,4	1,9	2,5	3,5	7,5	0,9	6,6	10,4	7,0	3,2	4,9	5,4
Namíbia	2,8	-8,1	3,6	5,4	4,4	3,7	3,8	3,7	5,2	2,2	3,6	6,1	5,9	4,2	3,8	4,5
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	2,4	10,3	6,6	6,7	0,7	2,9	3,8	4,2	3,7	9,1	4,7	3,2
Nigéria	3,0	-1,8	3,6	3,3	2,9	3,4	3,0	2,7	11,6	13,2	17,0	18,8	24,7	33,2	26,5	37,0
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,9	5,6	4,5	4,8	4,9	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	4,5	4,1	4,9
República Centro-Africana	-0,7	1,0	1,0	0,5	0,7	1,8	2,9	3,1	4,9	0,9	4,3	5,6	3,0	3,4	2,7	3,3
República Democrática do Congo	5,9	1,7	1,7	9,2	8,5	6,5	4,7	5,2	10,2	11,4	9,0	9,3	19,9	17,7	8,9	7,2
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,8	2,0	2,6	3,3	3,2	2,3	1,4	2,0	3,0	4,3	3,1	3,3	3,2
Ruanda	7,1	-3,4	10,9	8,2	8,3	8,9	7,1	7,5	3,9	7,7	0,8	13,9	14,0	4,8	7,0	4,7
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,2	0,4	0,9	3,1	4,8	8,1	9,8	8,1	18,0	21,2	14,4	9,6	6,3
Seicheles	6,6	-11,7	0,6	12,7	2,3	3,0	3,5	3,5	3,0	1,0	10,0	2,6	-0,9	0,2	1,7	2,5
Senegal	5,0	1,3	6,5	4,0	4,3	6,7	8,4	4,1	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	0,8	2,0	2,0
Serra Leoa	4,1	-1,3	5,9	5,3	5,7	3,7	4,7	4,9	10,0	13,4	11,9	27,2	47,7	28,4	12,9	10,4
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	-5,2	2,5	-27,6	-4,3	64,5	98,6	24,0	30,2	-3,2	39,7	128,4	65,7	8,3
Tanzânia	6,7	4,5	4,8	4,7	5,1	5,4	6,0	6,3	7,3	3,3	3,7	4,4	3,8	3,2	4,0	4,0
Togo	5,4	2,0	6,0	5,8	5,6	5,3	5,3	5,5	1,4	1,8	4,5	7,6	5,3	3,3	2,3	2,0
Uganda	5,3	-1,1	5,5	6,2	4,9	6,3	6,1	7,6	6,8	2,8	2,2	7,2	5,4	3,3	4,2	4,7
Zâmbia	4,3	-2,8	6,2	5,2	5,4	4,0	6,2	6,8	9,0	15,7	22,0	11,0	10,9	15,0	14,2	9,2
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,5	6,1	5,3	2,0	6,0	4,6	30,2	557,2	98,5	193,4	667,4	736,1	92,2	9,6
África Subariana	3,8	-1,5	4,7	4,1	3,6	4,0	3,8	4,2	8,3	11,2	11,6	15,2	17,6	18,3	13,3	12,9
Mediana	4,4	-1,2	4,9	4,3	4,3	4,1	4,2	4,7	4,5	3,6	4,6	8,2	7,0	4,5	4,1	4,5
Excl. África do Sul e Nigéria	5,0	-0,0	5,0	5,1	4,7	5,1	4,8	5,4	8,0	12,8	11,5	16,2	18,2	16,7	11,0	6,9
Países ricos em recursos naturais	3,1	-2,4	4,1	3,6	2,7	3,2	3,1	3,5	8,8	12,5	12,3	15,7	19,4	22,2	15,1	15,7
Países exportadores de petróleo	2,8	-2,1	3,1	3,4	2,5	3,4	2,8	3,2	11,0	13,1	15,9	16,9	19,7	27,7	22,0	27,3
Excl. a Nigéria	2,3	-2,8	2,1	3,6	1,6	3,2	2,3	4,1	9,8	12,8	13,8	13,1	10,2	17,3	13,3	9,8
Outros países ricos em recursos naturais	3,5	-2,7	5,0	3,8	3,0	3,1	3,3	3,8	6,6	11,8	8,8	14,5	19,2	17,1	8,9	5,5
Excl. a África do Sul	5,6	0,4	5,0	5,3	4,9	5,0	5,0	5,6	8,2	19,8	12,6	21,2	30,9	27,7	12,7	6,2
Países pobres em recursos naturais	6,0	0,8	6,4	5,6	5,8	6,0	5,8	5,9	7,1	7,7	9,6	13,9	12,7	8,8	8,9	6,4
Países de rendimento médio	3,1	-2,8	4,6	3,5	2,8	3,3	3,1	3,1	8,3	8,8	10,8	13,4	14,5	16,4	13,4	15,5
Países de baixo rendimento	6,1	1,7	5,0	5,6	5,7	5,7	5,5	6,7	8,6	18,0	13,6	20,0	25,7	23,2	13,2	7,1
Países frágeis e afetados por conflitos	4,2	-0,3	3,9	4,3	4,1	4,3	4,0	4,4	10,1	17,5	16,9	21,4	28,4	32,0	21,5	22,3
Zona do franco CFA	4,4	0,4	4,4	4,8	4,1	5,0	4,9	4,8	1,5	2,4	2,7	6,4	4,4	3,5	3,0	2,5
CEMAC	2,5	-1,2	1,9	3,3	2,2	2,9	2,4	3,2	2,0	2,7	1,4	5,3	5,4	3,9	3,2	3,0
UEMOA	5,7	1,3	6,0	5,6	5,1	6,1	6,3	5,7	1,2	2,2	3,5	7,0	3,8	3,4	2,9	2,2
COMESA (membros da África Subariana)	5,9	0,3	6,1	6,0	6,1	5,8	5,5	5,9	9,5	21,5	16,1	22,1	29,4	25,4	14,7	8,1
CAO-5	5,5	0,9	6,4	5,2	5,4	5,4	5,5	6,0	7,1	4,3	4,3	7,0	6,7	4,1	4,7	4,9
CEDEAO	4,0	-0,7	4,5	4,0	3,6	4,4	4,1	4,0	9,3	10,2	12,6	16,9	20,3	22,9	18,0	22,2
SACU	1,7	-6,3	5,3	2,2	1,0	0,6	1,1	1,5	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,3	3,8	4,5
SADC	2,8	-4,0	4,5	3,8	2,7	2,7	2,8	3,0	8,0	13,7	11,3	13,8	16,9	18,6	10,5	7,1

Ver fontes na página 21.

Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (em % do PIB)								Dívida pública (em % do PIB)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	-4,1	-9,6	-5,5	-4,3	-5,4	-6,1	-6,6	-6,1	44,9	68,9	68,7	70,8	73,4	76,4	79,6	81,7
Angola	-0,4	-1,7	3,4	0,6	-1,9	-1,0	-2,3	-3,3	52,9	119,1	74,3	56,1	71,4	62,5	64,5	63,9
Benim	-2,4	-4,7	-5,7	-5,6	-4,1	-3,1	-2,9	-2,9	30,1	46,1	50,3	54,2	54,9	54,0	52,5	51,2
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,3	-0,0	-4,2	-10,3	-11,0	-9,3	23,3	23,5	22,3	21,0	22,5	32,6	43,0	49,3
Burkina Faso	-3,3	-5,2	-7,4	-10,4	-6,6	-5,7	-4,3	-3,6	31,5	43,6	55,4	56,4	52,7	52,7	50,2	49,8
Burundi	-5,1	-6,3	-5,2	-10,6	-7,4	-5,0	-6,5	-6,0	45,1	65,9	66,5	68,3	47,2	43,2	35,3	33,2
Cabo Verde	-5,0	-9,3	-7,5	-4,1	-0,3	-2,4	-1,8	-0,9	102,1	143,8	149,1	124,0	114,0	113,7	109,6	103,9
Camarões	-3,5	-3,2	-3,0	-1,1	-0,6	-0,6	-0,8	-1,2	27,6	44,9	47,2	45,6	43,2	42,7	39,9	38,6
Chade	-0,7	1,2	-1,3	3,8	-1,3	-2,0	-0,5	-1,8	30,7	41,1	41,6	32,2	32,6	33,8	33,9	33,8
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-4,2	-1,3	-3,5	-2,4	-2,9	18,1	24,3	26,3	28,2	28,7	30,8	32,5	34,9
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,9	-6,7	-5,2	-4,0	-3,0	-3,0	32,4	46,3	50,2	56,0	57,5	59,3	58,1	56,4
Eritreia ¹	-2,3	235,6
Essuatíni	-4,3	-4,5	-4,5	-4,6	0,9	-1,9	-5,4	-4,5	19,1	38,7	37,0	40,7	37,3	36,4	37,8	39,0
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,6	-2,0	-1,7	-2,0	49,2	53,7	53,8	46,9	38,7	32,3	41,8	37,0
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	-0,9	1,8	-3,9	-5,9	-6,2	44,7	83,0	72,9	65,6	70,6	73,4	79,2	83,9
Gâmbia	-4,2	-2,4	-4,8	-5,0	-3,5	-3,9	-1,3	-0,4	70,0	85,9	83,1	83,9	75,7	72,9	67,5	63,1
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,8	-3,4	-7,7	-2,8	-2,0	49,7	72,3	79,2	85,7	76,4	70,5	66,4	62,7
Guiné	0,7	-3,0	-1,6	-0,4	-1,8	-3,1	-2,8	-2,7	39,7	47,9	42,9	40,6	37,3	47,8	39,6	35,1
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-6,1	-8,2	-7,3	-3,1	-3,1	54,9	77,6	78,8	80,7	79,4	82,3	79,4	76,7
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,7	11,7	2,4	-1,2	-0,8	-2,1	25,1	49,4	42,3	29,8	36,3	36,2	35,1	36,5
Lesoto	-3,1	1,2	-4,9	-6,4	7,3	8,9	6,0	4,4	43,7	54,7	58,0	64,6	61,5	59,8	59,7	60,4
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,3	-7,1	-2,7	-3,5	-2,2	28,8	58,7	53,3	54,3	58,8	56,5	56,5	55,6
Madagáscar	-2,1	-4,0	-2,8	-5,5	-4,2	-2,8	-3,9	-4,0	38,1	52,1	49,5	50,0	52,7	50,4	51,3	52,5
Maláui	-3,8	-8,0	-8,3	-9,3	-7,8	-8,1	-8,9	-7,6	34,7	53,9	66,5	75,5	86,1	74,4	73,0	73,4
Mali	-2,7	-5,4	-4,9	-4,7	-3,6	-2,6	-3,1	-3,0	31,9	47,3	51,6	50,3	51,9	51,8	51,7	50,5
Maurícia	-3,2	-9,1	-3,5	-2,8	-4,2	-6,4	-3,4	-2,2	60,5	80,4	74,2	73,9	76,4	82,9	83,4	82,7
Moçambique	-4,2	-6,2	-5,2	-5,2	-4,2	-6,4	-5,6	-4,5	78,0	120,0	104,3	100,3	90,8	96,6	101,1	104,2
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,7	-6,3	-3,1	-3,6	-5,2	-4,7	38,2	64,3	69,6	69,4	67,2	67,7	63,9	63,6
Níger	-3,7	-4,8	-6,1	-6,8	-5,4	-4,3	-3,0	-3,0	27,8	45,0	51,3	50,6	51,9	47,2	43,4	42,2
Nigéria	-3,1	-5,6	-5,5	-5,4	-4,2	-3,4	-4,5	-4,5	22,4	35,6	36,8	40,4	48,7	52,9	52,5	51,6
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-6,1	-5,7	-5,5	-5,4	-5,0	46,7	68,0	68,2	67,8	73,0	65,6	68,3	70,2
República Centro-Africana	-0,9	-3,4	-6,0	-5,3	-3,6	-5,0	-1,6	0,1	47,5	44,4	48,5	51,0	58,2	60,7	58,3	53,0
República Democrática do Congo	0,4	-3,2	-1,4	-0,9	-1,7	-2,0	-2,6	-1,8	24,6	24,9	24,7	22,6	25,1	19,3	16,3	13,8
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	5,8	2,6	3,5	2,5	59,7	102,5	97,8	92,5	99,0	95,4	91,4	87,1
Ruanda	-2,6	-9,5	-7,0	-5,7	-5,0	-6,6	-6,3	-3,3	35,1	68,7	67,3	60,9	63,4	67,2	77,6	80,9
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	-2,2	0,9	2,6	2,6	78,4	70,8	59,2	55,1	44,7	43,5	37,3	33,3
Seicheles	1,0	-15,7	-5,8	-0,8	-1,1	-1,5	-1,2	-0,9	65,0	77,4	71,2	60,0	55,3	57,8	59,3	57,6
Senegal	-4,5	-9,3	-11,5	-12,6	-12,3	-11,7	-7,3	-5,0	48,2	81,6	89,4	94,6	107,4	113,7	111,4	110,6
Serra Leoa	-3,3	-3,5	-4,3	-5,9	-5,0	-4,6	-4,2	-2,0	33,4	46,4	47,1	54,0	49,9	43,0	44,3	44,6
Sudão do Sul	-5,4	-4,9	-9,3	2,0	7,9	3,9	2,0	1,9	62,1	49,0	51,1	39,1	49,7	54,3	63,2	35,2
Tanzânia	-2,7	-2,6	-3,5	-3,9	-3,6	-3,0	-2,9	-2,8	36,6	41,3	43,4	44,9	47,4	48,2	47,1	45,8
Togo	-3,8	-7,0	-4,7	-8,3	-6,7	-4,9	-3,0	-3,0	48,5	62,2	64,9	67,4	68,0	70,6	69,5	67,7
Uganda	-3,0	-7,8	-7,4	-6,0	-4,9	-5,8	-6,7	-5,4	27,7	46,3	50,3	50,2	50,2	51,8	54,0	54,6
Zâmbia ²	-6,3	-13,8	-8,1	-7,8	-5,5	-3,3	-4,9	-4,0	53,3	140,0	111,0	99,5	129,1	114,9
Zimbabué ³	-3,5	-0,5	-3,2	-4,9	-5,3	-2,1	-0,5	0,4	50,9	84,5	58,2	99,5	96,6	94,6	58,6	56,1
África Subsariana	-3,3	-6,5	-5,0	-4,5	-4,0	-4,2	-4,2	-3,9	37,5	57,0	56,4	56,7	60,4	61,0	61,5	60,4
Mediana	-3,0	-4,9	-4,9	-5,1	-3,9	-3,4	-3,0	-2,9	39,6	54,3	56,7	56,1	56,4	57,1	58,1	54,6
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,8	-4,5	-4,1	-3,5	-3,8	-3,4	-3,1	42,1	62,7	59,8	58,5	59,8	57,4	57,1	55,1
Países ricos em recursos naturais	-3,2	-6,6	-4,7	-4,0	-3,7	-4,1	-4,2	-3,9	36,1	55,8	54,6	55,2	60,6	62,2	61,0	60,1
Países exportadores de petróleo	-2,5	-4,6	-3,6	-3,0	-2,7	-2,0	-2,9	-3,3	29,8	48,6	45,2	45,0	53,6	55,4	55,5	54,3
Excl. a Nigéria	-1,5	-1,9	0,5	1,5	-0,2	-0,9	-1,6	-2,3	44,7	82,5	64,1	53,5	61,4	57,3	57,8	56,3
Outros países ricos em recursos naturais	-3,8	-8,5	-5,6	-4,9	-4,6	-5,1	-4,8	-4,2	42,8	62,3	62,2	64,6	65,9	65,7	63,7	62,8
Excl. a África do Sul	-3,5	-7,3	-5,7	-5,5	-3,7	-4,2	-3,3	-2,7	39,9	55,5	55,0	58,2	58,9	55,9	49,9	47,1
Países pobres em recursos naturais	-3,7	-6,1	-5,7	-6,0	-4,7	-4,6	-4,3	-3,7	43,5	60,7	61,9	61,3	59,8	58,5	62,7	61,1
Países de rendimento médio	-3,5	-7,4	-5,3	-4,6	-4,2	-4,7	-4,7	-4,4	37,0	59,1	58,4	58,7	65,3	67,7	68,5	68,4
Países de baixo rendimento	-2,5	-3,8	-4,0	-4,2	-3,5	-3,3	-3,2	-2,8	39,7	51,0	50,6	50,9	49,1	47,3	47,1	45,0
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,8	-4,5	-4,5	-4,3	-3,2	-2,6	-2,7	-2,6	29,4	43,2	43,6	45,5	48,5	47,6	46,9	44,5
Zona do franco CFA	-2,7	-4,5	-4,5	-3,9	-3,7	-3,7	-2,8	-2,8	34,7	54,4	57,4	57,5	59,8	60,6	59,2	58,0
CEMAC	-2,4	-1,9	-1,4	2,4	0,7	-1,1	-1,1	-1,7	35,2	57,9	56,5	51,1	52,6	52,6	51,5	51,0
UEMOA	-3,1	-6,0	-6,3	-7,8	-6,3	-5,2	-3,8	-3,3	34,9	52,4	57,9	61,5	64,0	65,1	63,2	61,7
COMESA (membros da África Subsariana)	-3,5	-5,7	-4,9	-4,9	-4,0	-3,7	-3,9	-3,3	43,2	60,3	57,7	58,1	57,6	52,8	53,5	51,0
CAO-5	-4,4	-6,5	-6,1	-5,5	-4,9	-4,9	-5,0	-4,4	39,4	56,3	57,7	57,4	59,6	57,4	59,0	59,0
CEDEAO	-3,3	-6,8	-6,3	-6,5	-4,6	-4,8	-3,8	-3,4	27,9	44,1	47,4	50,3	56,5	60,7	58,8	56,9
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,1	-5,2	-6,0	-6,6	-6,1	43,6	66,6	66,4	68,2	70,3	73,6	76,9	79,0
SADC	-3,1	-7,1	-4,0	-3,3	-4,3	-4,4	-4,9	-4,5	44,6	69,9	63,7	63,5	68,2	67,4	66,8	66,8

Ver fontes na página 21.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato							Conta corrente externa, incl. donativos								
	(em % do PIB)							(em % do PIB)								
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	66,4	74,0	70,0	70,8	72,5	74,0	74,0	74,0	-3,5	2,0	3,7	-0,5	-1,6	-0,6	-1,2	-1,4
Angola	30,7	33,0	21,6	17,3	20,8	16,5	18,0	18,7	2,7	1,3	10,0	8,3	3,8	5,4	2,1	1,4
Benim	28,1	30,5	32,7	33,4	30,2	28,4	28,4	28,4	-4,9	-1,7	-4,2	-6,0	-8,2	-6,4	-6,1	-5,3
Botsuana	44,7	52,5	45,3	40,1	41,7	44,5	46,2	46,1	2,0	-10,2	-1,7	-1,1	-0,6	-4,7	-7,9	-4,6
Burkina Faso	32,4	43,9	48,3	44,5	40,9	38,8	37,8	38,0	-5,1	4,2	0,4	-7,2	-8,6	-6,4	-2,1	-2,0
Burundi	28,1	46,2	49,7	56,6	48,6	48,1	46,7	45,9	-14,3	-11,2	-11,9	-15,9	-14,9	-13,6	-9,7	-9,0
Cabo Verde	85,5	116,8	111,3	93,3	90,8	92,9	92,9	92,3	-6,3	-15,3	-12,1	-3,5	-2,1	-0,3	-2,2	-2,4
Camarões	21,7	26,6	29,3	29,7	28,3	28,9	28,8	28,7	-3,3	-3,7	-4,0	-3,4	-4,1	-3,3	-2,8	-3,9
Chade	10,8	14,9	16,3	17,3	19,8	19,3	20,2	20,9	-3,5	-3,0	-2,0	4,9	-0,7	-1,3	-3,4	-2,8
Comores	25,1	31,2	37,1	37,1	38,2	36,8	36,8	36,4	-3,1	-1,8	-0,3	-0,5	-2,0	-6,6	-4,2	-4,2
Côte d'Ivoire	10,9	13,5	14,9	14,3	11,5	13,8	12,2	11,9	-0,3	-3,1	-3,9	-7,6	-8,2	-4,2	-3,6	-2,1
Eritreia ¹	207,6	14,9
Essuatíni	26,8	32,3	29,7	28,1	26,1	25,7	25,1	24,7	6,0	7,1	2,6	-2,7	2,2	1,6	-2,4	-2,9
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	24,9	21,1	20,2	20,4	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,9	-4,2	-4,8	-3,2
Gabão	23,7	27,9	24,1	23,5	27,0	25,7	25,7	25,7	5,2	-0,5	3,5	10,9	5,4	4,5	2,2	0,6
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	55,3	49,6	45,3	42,5	41,0	-7,6	-5,8	-4,2	-4,2	-5,4	-5,6	-4,9	-3,2
Gana	24,1	30,8	29,4	29,3	28,2	28,0	28,4	28,4	-5,6	-2,5	-2,7	-2,3	-1,6	1,6	1,6	1,3
Guiné	24,2	27,8	25,5	29,1	25,6	30,7	30,4	29,6	-16,3	-16,2	4,1	-4,9	-8,2	-19,1	-16,0	-5,0
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,6	46,6	40,6	39,6	38,6	37,7	-2,4	-2,6	-0,8	-8,6	-8,6	-8,7	-5,5	-4,6
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,8	14,1	19,2	19,2	18,7	18,9	-8,4	-0,8	4,2	2,1	-1,3	-2,4	-1,7	-2,4
Lesoto	35,6	41,1	38,8	39,6	42,5	42,2	41,0	40,1	-9,5	-5,7	-9,1	-14,0	-0,3	0,5	-5,6	-5,2
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	26,8	27,8	27,9	28,0	-20,1	-16,4	-17,8	-19,0	-26,3	-21,1	-18,2	-16,9
Madagáscar	23,4	28,7	29,0	28,9	28,0	28,6	28,9	28,1	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-4,1	-5,4	-6,5	-6,6
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	23,8	26,2	26,9	31,4	-10,2	-13,8	-15,2	-17,6	-17,3	-21,8	-14,7	-13,1
Mali	26,9	31,6	40,4	39,8	36,9	35,0	35,0	35,0	-5,2	-2,2	-7,6	-7,7	-7,6	-6,1	-5,1	-1,6
Maurícia	104,3	156,7	159,9	141,3	135,5	140,2	140,0	142,1	-5,8	-8,9	-13,1	-11,1	-5,1	-6,5	-4,8	-6,0
Moçambique	44,7	59,0	56,2	53,6	50,0	54,4	54,5	54,2	-30,3	-26,5	-21,3	-36,4	-10,9	-11,6	-41,3	-37,1
Namíbia	58,3	71,5	70,9	63,2	62,8	64,4	64,5	64,1	-8,1	3,0	-11,2	-12,8	-15,3	-15,4	-15,6	-13,8
Níger	17,5	19,2	20,1	19,4	18,1	16,4	16,5	16,5	-12,6	-13,2	-14,1	-16,2	-13,9	-5,5	-3,8	-4,7
Nigéria	24,3	25,2	25,2	25,8	33,8	40,8	44,0	43,6	1,2	-3,7	-0,7	0,2	1,7	9,1	6,9	5,2
Quênia	36,8	37,2	35,2	33,6	36,4	33,4	33,4	33,4	-6,9	-4,7	-5,2	-5,0	-4,0	-3,7	-3,9	-4,2
República Centro-Africana	24,0	30,3	33,3	31,9	33,2	32,3	33,0	31,7	-7,1	-8,2	-11,1	-12,9	-9,3	-9,0	-6,9	-4,4
República Democrática do Congo	11,5	19,9	22,7	20,3	23,0	22,6	22,6	22,6	-4,4	-2,1	-1,1	-5,1	-6,5	-4,1	-2,9	-2,5
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	31,9	35,4	36,4	38,7	-2,4	12,6	12,8	17,7	6,5	1,3	-1,4	-2,4
Ruanda	22,4	29,0	29,8	29,2	29,6	31,5	30,9	29,4	-10,5	-12,1	-10,9	-9,4	-11,5	-12,7	-13,8	-15,9
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,2	24,3	21,1	19,5	19,2	-17,3	-11,2	-13,1	-14,4	-12,5	-10,2	-5,1	-5,1
Seicheles	64,4	101,6	93,4	82,0	81,5	85,2	86,2	86,1	-11,2	-12,5	-10,3	-7,1	-7,2	-7,5	-8,9	-8,9
Senegal	34,6	45,3	48,2	51,9	52,9	59,5	61,4	61,4	-7,2	-10,9	-12,1	-20,0	-19,0	-12,1	-8,2	-6,2
Serra Leoa	14,5	17,9	19,2	20,4	19,8	18,5	18,4	18,4	-14,8	-4,8	-5,5	-6,4	-9,5	-5,5	-4,8	-4,4
Sudão do Sul	24,9	17,8	17,6	14,4	15,1	24,5	24,7	18,3	-3,6	7,9	13,8	24,1	30,3	1,2	-11,4	-1,4
Tanzânia	22,2	21,7	22,0	22,7	23,6	23,7	23,8	23,9	-7,1	-2,5	-3,9	-5,7	-4,7	-3,1	-3,0	-2,9
Togo	37,2	46,6	48,1	50,4	50,4	51,0	51,0	51,0	-4,9	-0,3	-2,2	-3,5	-2,9	-2,9	-3,1	-3,0
Uganda	17,4	22,5	21,7	20,6	20,5	19,9	19,9	19,9	-5,6	-9,5	-8,4	-8,6	-7,3	-7,3	-6,4	-4,2
Zâmbia	21,7	31,2	24,3	27,1	29,9	32,1	32,1	32,4	0,3	11,8	11,9	3,7	-3,0	-1,7	0,5	2,6
Zimbabué ²	23,9	14,8	14,9	18,8	14,1	14,8	10,3	11,1	-7,9	2,5	1,0	0,9	0,4	1,4	3,0	3,1
África Subariana	34,9	37,1	35,6	35,0	37,0	38,3	38,8	38,5	-2,7	-2,6	-0,8	-2,1	-2,6	-1,7	-2,5	-2,2
<i>Mediana</i>	26,5	31,0	29,7	29,1	29,7	31,1	30,6	30,5	-5,4	-3,7	-4,0	-5,2	-4,9	-5,0	-4,8	-4,0
Excl. África do Sul e Nigéria	27,7	31,2	29,9	28,7	28,6	28,0	27,9	27,9	-4,3	-3,7	-2,7	-3,5	-4,2	-3,7	-4,2	-3,5
Países ricos em recursos naturais	36,2	38,0	36,1	35,9	39,0	41,1	42,1	41,8	-1,7	-1,3	1,0	-0,0	-1,1	0,2	-0,5	-0,6
Países exportadores de petróleo	24,7	26,3	24,5	24,1	30,3	34,4	36,9	36,7	0,9	-2,6	1,1	2,6	2,0	5,2	3,0	1,8
Excl. a Nigéria	25,5	28,9	23,1	20,8	23,2	21,4	22,3	22,7	0,5	0,4	5,1	6,9	2,6	2,2	-0,1	-0,8
Outros países ricos em recursos naturais	47,6	49,6	47,5	47,4	47,4	47,7	47,1	46,7	-4,4	-0,1	0,9	-2,4	-3,5	-2,4	-2,3	-1,7
Excl. a África do Sul	25,9	28,4	28,3	28,0	27,6	27,8	27,5	27,5	-5,8	-2,3	-2,2	-4,4	-5,2	-4,0	-3,1	-1,9
Países pobres em recursos naturais	30,4	34,4	34,3	32,8	31,7	30,9	30,4	30,3	-6,9	-6,4	-6,4	-8,3	-6,4	-5,9	-6,8	-5,8
Países de rendimento médio	37,9	40,7	38,5	38,1	41,3	43,5	44,6	44,3	-1,4	-1,6	0,4	-0,5	-1,4	0,3	-0,6	-0,8
Países de baixo rendimento	24,7	27,3	28,0	27,1	26,0	25,3	24,8	24,8	-7,8	-5,2	-4,4	-6,4	-5,4	-5,8	-6,4	-4,9
Países frágeis e afetados por conflitos	25,1	26,8	27,5	27,1	30,7	33,9	35,3	34,9	-1,6	-3,6	-1,8	-1,9	-1,4	-0,1	-1,6	-1,7
Zona do franco CFA	21,6	26,9	28,8	28,5	27,6	28,5	28,3	28,3	-3,3	-2,8	-3,5	-4,7	-6,5	-4,3	-3,6	-3,1
CEMAC	19,6	24,9	25,3	25,0	26,4	26,8	27,1	27,4	-2,4	-0,9	0,4	3,6	-0,5	-1,1	-1,9	-2,7
UEMOA	23,0	28,0	30,9	30,5	28,3	29,4	29,0	28,7	-4,3	-4,0	-5,8	-9,9	-10,1	-6,1	-4,5	-3,2
COMESA (membros da África Subariana)	30,2	32,6	31,9	30,3	30,0	28,5	27,9	28,0	-5,7	-4,1	-3,7	-5,0	-4,6	-4,7	-4,3	-3,6
CAO-5	27,9	29,2	28,5	27,9	29,2	27,9	27,8	27,7	-7,0	-5,4	-5,8	-6,3	-5,4	-4,9	-4,8	-4,5
CEDEAO	24,1	26,7	27,3	27,6	31,6	36,1	37,9	37,4	-1,0	-4,0	-2,3	-2,7	-2,8	-0,3	-0,4	-0,1
SACU	64,6	72,3	68,2	68,4	69,8	71,4	71,5	71,4	-3,4	1,5	3,0	-1,0	-1,9	-1,2	-2,0	-2,0
SADC	48,6	52,5	48,1	47,1	48,1	48,1	47,8	47,8	-3,3	-0,1	1,8	-1,2	-2,3	-1,4	-2,8	-2,7

Ver fontes na página 21.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor								Reservas							
	(em % do PIB)								(em meses de importações de bens e serviços)							
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
África do Sul	15,0	23,4	18,5	18,7	19,6	20,1	21,6	22,9	5,8	6,3	5,4	5,9	6,1	6,1	6,0	5,7
Angola	29,7	78,3	61,4	37,3	45,9	45,8	45,5	47,3	9,3	9,5	6,5	7,4	7,8	7,5	7,4	7,1
Benim ¹	15,6	30,3	35,2	37,8	39,1	39,5	44,3	42,8	3,5
Botsuana	15,4	12,5	10,1	8,5	9,9	9,6	12,7	14,1	11,4	6,4	6,5	7,1	7,0	5,3	3,7	2,9
Burkina Faso ¹	21,0	23,0	24,4	25,2	24,6	22,9	21,5	20,7
Burundi	19,5	17,4	19,9	19,6	18,1	16,8	11,6	9,5	2,5	1,0	2,3	1,5	0,9	1,4	0,9	1,4
Cabo Verde	77,6	128,3	119,1	103,1	94,1	87,3	87,9	79,9	5,7	7,1	6,4	5,6	6,0	5,4	5,3	5,3
Camarões ²	18,4	32,5	30,5	31,0	28,5	28,4	29,8	28,4
Chade ²	18,7	22,4	20,7	17,9	17,1	17,5	18,6	19,0
Comores	17,1	23,5	25,4	27,4	28,0	30,1	31,8	34,1	7,1	7,9	8,6	6,6	7,3	7,5	9,7	10,3
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,8	30,6	35,6	36,8	37,1	37,1	36,2
Eritreia ³	62,2	2,7
Essuatíni	8,7	15,0	14,8	18,3	18,4	20,3	20,6	20,2	3,7	3,1	3,1	2,3	2,2	2,3	2,4	2,1
Etiópia	25,4	28,8	29,1	23,9	18,1	21,5	28,9	26,1	2,0	2,0	1,5	0,8	0,5	0,7	1,4	2,1
Gabão ²	29,8	48,9	37,5	35,6	36,1	31,6	31,5	29,8
Gâmbia	37,5	49,4	47,2	48,2	47,8	45,7	41,6	38,7	3,6	5,8	7,7	4,0	4,1	4,4	4,3	4,1
Gana ⁴	29,9	42,0	41,8	41,7	39,0	35,5	34,7	33,6	3,0	3,7	4,0	1,2	2,1	3,2	3,6	3,6
Guiné	23,2	27,3	24,7	21,9	20,5	21,5	16,8	16,2	2,2	2,3	2,9	3,2	1,9	1,2	1,2	1,6
Guiné-Bissau ¹	29,9	43,7	38,4	39,2	35,6	33,7	33,7	32,3
Guiné Equatorial ²	8,2	12,8	10,1	7,9	9,0	7,9	9,0	10,0
Lesoto	35,4	47,5	42,8	45,0	46,3	46,3	46,7	47,3	4,8	4,1	5,0	4,2	4,5	5,4	6,4	7,1
Libéria	18,4	41,1	37,2	35,4	37,1	37,0	38,7	39,9	2,1	2,2	3,9	2,9	2,1	2,0	2,5	2,8
Madagáscar	23,4	36,0	33,6	33,1	36,6	35,4	37,8	39,8	3,4	4,8	4,5	4,6	5,6	5,8	5,7	5,2
Maláui	18,6	30,9	37,4	31,3	31,3	37,7	32,9	31,1	2,4	0,7	0,2	0,4	0,6	0,4	1,8	2,7
Mali ¹	22,8	31,8	27,7	26,4	26,6	23,5	23,2	21,9
Maurícia	13,3	20,2	23,2	19,4	18,2	17,7	17,5	16,1	8,4	14,4	12,8	11,7	10,2	11,9	11,8	11,7
Moçambique	63,1	90,2	82,9	72,1	66,4	64,4	66,2	65,3	3,4	4,6	2,6	3,1	4,0	2,5	2,2	2,3
Namíbia	12,2	18,8	13,8	16,6	16,7	14,9	10,1	8,4	3,4	4,0	4,5	4,0	3,7	4,4	3,3	3,9
Niger ¹	18,4	33,0	31,5	32,9	31,9	26,0	25,1	24,9
Nigéria	3,8	8,8	9,8	9,7	12,9	24,5	25,3	25,7	6,1	6,5	6,3	6,7	6,8	9,0	6,9	6,1
Quênia	22,8	30,6	30,4	30,2	33,5	31,6	30,9	32,6	4,6	4,6	4,7	4,4	3,7	4,8	5,0	4,5
República Centro-Africana ²	29,3	37,3	33,7	33,0	33,1	30,9	30,7	28,7
República Democrática do Congo	17,7	15,5	17,1	15,5	16,8	16,5	17,5	19,2	1,0	0,4	1,0	1,6	1,7	2,1	2,5	2,8
República do Congo ²	42,2	63,6	53,2	43,3	39,7	34,4	32,2	29,8
Ruanda	28,0	54,8	53,4	46,5	51,4	60,1	70,2	75,5	3,9	5,3	4,6	3,6	3,4	3,9	3,7	3,5
São Tomé e Príncipe	52,5	46,1	41,6	40,7	36,0	36,6	35,1	31,8	3,7	4,3	3,5	2,9	2,0	1,9	2,9	3,0
Seicheles	34,4	35,3	38,6	28,6	27,0	30,0	35,8	35,4	3,5	3,7	3,7	3,1	3,3	3,6	3,7	3,6
Senegal ¹	32,9	48,9	45,9	47,0	44,3	42,5	41,6	40,4
Serra Leoa	20,6	29,3	27,9	27,4	31,9	26,2	24,4	23,7	3,3	4,5	5,5	3,3	2,7	2,3	2,5	2,7
Sudão do Sul	58,0	40,0	40,2	31,6	35,2	43,4	56,0	30,7	1,7	0,5	1,0	0,4	0,5	0,9	2,0	3,8
Tanzânia	26,0	29,4	29,6	29,2	30,0	31,3	30,1	28,5	4,8	5,3	4,0	3,8	3,9	4,0	4,2	4,2
Togo ¹	13,3	29,5	26,0	26,4	26,1	29,4	30,3	31,2
Uganda	16,6	30,0	29,4	26,9	26,9	26,4	24,7	22,6	4,6	4,3	4,7	3,1	2,8	2,6	3,0	3,2
Zâmbia ⁵	28,6	78,9	66,6	53,2	57,9	61,6	2,7	1,3	2,8	3,0	2,5	3,1	4,0	4,4
Zimbabué ⁶	31,6	26,6	19,7	21,7	20,1	19,9	18,4	17,9	0,5	0,1	1,1	0,7	0,1	0,5	0,9	1,2
África Subariana	16,7	26,9	25,1	23,7	25,6	28,2	29,0	28,7	5,2	5,2	4,7	4,7	4,4	4,5	4,5	4,3
Mediana	22,3	31,3	30,6	30,6	31,6	30,5	30,7	29,8	3,7	4,3	4,3	3,3	3,4	3,4	3,6	3,6
Excl. África do Sul e Nigéria	24,5	36,7	34,3	31,3	31,2	31,3	31,8	30,9	4,5	4,1	3,8	3,5	3,1	3,4	3,6	3,6
Países ricos em recursos naturais	14,9	24,3	22,3	20,9	23,3	26,3	26,5	26,5	5,6	5,5	4,9	5,3	5,2	5,3	4,9	4,7
Países exportadores de petróleo	11,3	21,0	20,4	18,1	22,0	30,9	31,3	31,1	6,3	6,3	5,5	6,5	6,4	7,1	6,3	5,7
Excl. a Nigéria	26,4	52,9	44,1	33,3	36,3	35,8	36,0	35,4	6,8	5,6	3,9	6,0	5,8	5,6	5,8	5,4
Outros países ricos em recursos naturais	18,8	27,3	23,8	23,6	24,3	23,9	24,2	24,3	4,7	4,7	4,4	4,2	4,2	4,3	4,3	4,2
Excl. a África do Sul	24,1	31,4	29,6	28,5	28,6	27,4	26,4	25,5	3,3	3,1	3,3	2,5	2,5	2,7	2,8	3,0
Países pobres em recursos naturais	24,1	34,5	33,9	32,5	31,1	32,3	34,4	33,5	3,9	4,3	4,1	2,9	2,4	2,9	3,4	3,4
Países de rendimento médio	14,8	25,7	23,7	22,6	25,5	28,9	29,5	29,7	5,9	6,0	5,4	5,6	5,4	5,8	5,5	5,1
Países de baixo rendimento	24,5	30,3	29,4	27,1	25,6	26,6	27,8	26,8	2,8	2,8	2,7	2,1	1,9	2,0	2,4	2,7
Países frágeis e afetados por conflitos	11,6	18,2	18,5	17,3	19,0	24,6	26,4	25,7	4,8	4,7	4,4	4,6	4,0	4,0	3,8	3,6
Zona do franco CFA	21,7	34,6	31,8	32,4	32,1	31,0	31,3	30,4	4,6	4,6	4,4	4,1	3,7	4,4	4,6	4,6
CEMAC	22,4	35,4	30,8	28,5	27,4	25,9	26,7	25,6	4,3	3,4	3,3	4,3	4,3	4,3	4,5	4,2
UEMOA	21,4	34,2	32,3	34,8	34,9	33,8	33,8	33,0	4,9	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6	4,7	4,8
COMESA (membros da África Subariana)	22,5	30,4	29,7	27,2	26,2	27,4	29,0	28,3	3,2	3,1	3,1	2,7	2,2	2,8	3,3	3,4
CAO-5	22,7	31,1	30,9	30,0	31,8	31,7	30,9	30,6	4,6	4,7	4,4	3,9	3,5	4,0	4,2	4,0
CEDEAO	10,3	19,2	19,9	19,7	23,5	30,5	30,4	29,9	5,3	5,7	5,5	5,0	4,6	4,8	4,1	3,8
SACU	14,9	22,9	18,1	18,3	19,2	19,6	21,0	22,1	5,9	6,2	5,4	5,8	6,0	6,0	5,7	5,5
SADC	20,2	32,2	27,2	25,3	26,9	27,2	27,7	28,1	5,8	5,6	4,8	5,2	5,3	5,3	5,2	5,0

Ver fontes na página 21.